



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1143/06	DATA: 31/10/2006
INÍCIO: 15h01min	TÉRMINO: 18h11min	DURAÇÃO: 03h10min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 3h10min	PÁGINAS: 91	QUARTOS: 38

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
MARIA DA PENHA LINO – Testemunha; YANÁ CERQUEIRA, MARCELO LUIZ ÁVILA DE BESSA, MARCELO LEAL DE LIMA OLIVEIRA, JOSÉ ANTÔNIO DUARTE ÁLVARES, PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA – Advogados.

SUMÁRIO: Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES
Há expressão ininteligível. Há intervenção fora do microfone, inaudível.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Havendo número regimental, declaro aberta a 32ª reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Encontra-se sobre a bancada cópia da ata da 31ª reunião.

Indago aos Srs. Parlamentares se há necessidade de leitura da referida ata.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Peço a dispensa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Os Srs. Deputados que forem favoráveis à dispensa da leitura da ata permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Os Srs. Deputados que forem favoráveis à ata permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Expediente

Comunico a V.Exas. os novos membros do Conselho, por indicação das Lideranças, em substituição aos Deputados que renunciaram a seus cargos: do PL, Deputado Almir Sá, em substituição ao Deputado Humberto Michiles; do PSDB, o Deputado João Campos substituirá o Deputado Affonso Camargo; e, em substituição aos Deputados Moroni Torgan e Betinho Rosado, a Liderança do PFL indicou os Deputados Dr. Pinotti e André de Paula; o PPS indicou o Deputado Fernando Coruja para membro titular deste Colegiado.

Recebemos, na tarde de ontem, a comunicação do Juiz da 2ª Vara da Justiça Federal, autorizando o Sr. Luiz Antônio Trevisan Vedoin, que se encontra preso na cidade de Cuiabá, a vir depor neste Conselho.

Já contatamos o advogado do Sr. Vedoin e aguardamos a sua confirmação para o depoimento, previsto para ser realizado no próximo dia 7 de novembro, terça-feira.

Conforme comunicado na reunião anterior, como a oitiva do Sr. Vedoin não poderá ser realizada nas dependências da Câmara, solicitamos ao Diretor-Geral da Polícia Federal a cessão de espaço para ouvir o depoente na sede da Polícia Federal, em Brasília, bem como a escolta do convidado de Cuiabá a Brasília.

Ordem do Dia.



Submeto à apreciação de V.Exas. o parecer do Deputado Antonio Carlos Biscaia, Relator da Representação nº 78, de 2006 (Processo nº 36/06), instaurado contra o suplente de Deputado Cleuber Carneiro, que acolhe o requerimento do Representado, manifestando-se pelo arquivamento da representação, pelo fato de o Representado não estar no exercício do cargo de Deputado Federal, conforme estabelece o art. 1º do Código de Ética.

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

Os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovado.

Srs. Deputados, esta reunião foi convocada para tomada de depoimento da Sra. Maria da Penha Lino, testemunha requerida pelos Relatores dos Processos de nºs 21 a 87, de 2006, instaurados contra os Parlamentares representados pelo Partido Verde.

Peço a atenção dos senhores presentes para as normas estabelecidas no Regulamento deste Conselho.

Em primeiro lugar, quero agradecer à Sra. Maria da Penha. Nós mandamos um convite, e ela aceitou esse convite, está aqui presente hoje, marcou a data.

O tempo concedido à depoente será o necessário para as suas considerações iniciais. Vamos marcar 20 minutos, podendo ser prorrogado por mais 20 minutos. Logo após, será dada a palavra aos Relatores, que deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria. A seguir, concederei a palavra aos Representados ou a seus advogados, para suas indagações.

O Deputado, quando usar da palavra, não poderá ser aparteado, e o depoente não será interrompido, exceto pelo Presidente ou pelo Relator. Quando o depoente se fizer acompanhar de advogado, este não poderá intervir de qualquer modo nas perguntas e respostas, sendo-lhe permitido consignar protestos ao Presidente do Conselho, em caso de abuso ou violação de direito.

Para atender às formalidades legais, foi firmado pelo depoente termo de compromisso, de cujo teor faço a leitura:

Termo de compromisso:



“Nos termos do artigo 12, inciso I, do Regulamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, presto o compromisso de falar somente a verdade sobre o que me for perguntado acerca dos fatos relativos aos Processos de nºs 21 a 87, de 2006, Representações de nºs 63 a 131, de 2006, instaurados contra 67 Srs. Deputados.

Sala das reuniões, em 31 de outubro de 2006.

Maria da Penha Lino.”

Gostaria de esclarecer também que estão presentes os advogados Dr. Anderson Ângelo de Oliveira, Dr. Marcelo Luiz Ávila de Bessa, Dr. Paulo Goyaz, Dr. Fábio Paganella, Dra. Tathiana de Carvalho Costa, Dr. José Antônio Duarte Álvares, Dr. Raul Livino, Dr. Thiago Machado e Dr. Marcelo Leal, além da Dra. Yaná Cerqueira.

Concedo a palavra à Sra. Maria da Penha Lino.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Boa-tarde a todos. A princípio, gostaria de fazer alguns esclarecimentos e também dizer que não sei muito o porquê de ter sido envolvida nesta forma toda, em todo esse processo, porque tenho um trabalho, tenho uma história dedicada à saúde, dedicada ao SUS, na constituição do SUS. Fui Secretária Municipal de Saúde e Presidente do COSEMS, que é o Conselho de Secretários Municipais de Saúde. Fui vários anos da Diretoria do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde. Então, eu tenho um passado que não condiz com essa prática ilícita da qual existe uma representação do Ministério Público e da própria Polícia Federal. Fui Secretária Municipal de Saúde até 1997. O último Município foi Barra do Garças, no Mato Grosso. E saí, fiquei desempregada. Na época, o então Presidente do CONASEMS, Gilson Cantarino O'Dwyer, ficou sabendo da situação e me convidou para vir para o CONASEMS, para fazer assessoria. Eu fiquei no CONASEMS até 2003, e o último cargo que eu assumi foi de coordenadora administrativa e financeira da entidade. Saí por mudança da diretoria, do colegiado. Tentei voltar para Cuiabá, mas a condição para arranjar trabalho também não foi grandes coisas. Foi quando eu fui convidada pelo Sr. Ronildo para assumir um escritório que eles já tinham em Brasília e que não funcionava, trabalhar com eles. Eu trabalhei no período de março de 2004 a março



de 2005 na PLANAM, na organização do escritório, que era uma... Existia uma pessoa, mas não funcionava, não tinha CNPJ. Na verdade, assim, não tinha organização nenhuma. E o escritório deles aqui era um escritório responsável pela questão técnica da elaboração de projetos e acompanhamento. Foi esse o trabalho que eu fiz nesse período na PLANAM, tanto com relação à elaboração de alguns pré-projetos quanto depois na resposta dos pareceres técnicos de exigência de área técnica do Ministério da Saúde. Então, o meu conhecimento na área da saúde vem já de mais de 15 anos, não foi no período de 8 meses da indicação do cargo que eu ocupei no gabinete do Ministro. E a minha indicação também se deu por esse conhecimento, e foi uma indicação que tem documento comprobatório da Liderança do PMDB. No período que eu fiquei na PLANAM e saí, saí devido à pressão, porque quem tem conhecimento da elaboração e do próprio acompanhamento das respostas aos pareceres técnicos na área de saúde no Ministério sabe que não é fácil você trabalhar e fazer com que esses processos sejam aprovados, porque existem rotinas, existem normas e enquanto esses projetos não estão de acordo com as determinações das áreas técnicas eles não são aprovados. A pressão era muito grande, era um volume muito grande de trabalho e mesmo porque não estava sendo cumprido o acordo salarial e também o atraso no pagamento do salário. Eu saí depois de algumas discussões com os donos da PLANAM, fiquei um período sem eles fazerem contato comigo; saí de lá eles me devendo. Hoje tem um processo no Ministério do Trabalho que comprova isso. E nesse período não tive contato com eles. A partir do momento da indicação do Ministério foi que eles voltaram a me procurar, inclusive a dizer que foram eles que tinham me indicado para o cargo. Nessa representação toda que foi feita, inclusive, constam valores altos depositados na minha conta, a quebra do sigilo bancário, que diz que não condiz com a declaração de Imposto de Renda, e não pode mesmo coincidir, porque o dinheiro não era meu. Os recursos depositados na minha conta eram para eu pagar as despesas do escritório, inclusive de salários. Agora, eu tenho os recibos do salário que eu recebia, quer dizer, existem prestações de contas que eu fazia à empresa dos valores que eram colocados na minha conta. Então, assim, é triste você ser envolvido numa situação dessa pela própria condição de trabalho ético, moral. De repente você é comparado e tratado como um criminoso. Mas eu espero que...



Tenho confiança em Deus que tudo isso será provado. O retorno dessa desmoralização pessoal, em que você vai para mídia, você é acusado e antes de julgado parece que já é condenado, isso dificilmente retorna. Mas uma coisa que não vai acontecer é eu deixar de ser a pessoa que eu sou, graças a Deus. E não vou baixar minha cabeça para dizer que sou honesta. Gente, tem uma coisa que eu sempre dei muito valor e eduquei meus filhos dentro desses princípios. Então, eu tenho toda a boa vontade de estar aqui esclarecendo aos senhores e tentando elucidar, dentro do conhecimento que eu tenho e que eu vivenciei, e estou à disposição para as perguntas que forem feitas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Obrigado. O primeiro inscrito, o nobre Deputado Eduardo Valverde. V.Exa. tem no máximo 10 minutos, Deputado.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - A senhora não é investigada aqui dentro, certo? Na verdade, é uma Comissão ética, para investigar os nossos pares aqui dentro. Então, pode ficar tranqüila, calma. A nossa função aqui não é, em nenhum momento, colocar à prova a sua honestidade ou a sua honra. Certo?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Certo.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - O nosso papel aqui é tão-somente investigar se um de nós cometeu algum tipo de ilicitude ou algum tipo de irregularidade que choca com o nosso regimento ético.

Vou fazer algumas perguntas básicas. A senhora soube, ouviu dizer, ouviu de algum Deputado que fora arrolado na CPI dos Sanguessugas de ter recebido algum tipo de vantagem da empresa PLANAM? Você ouviu dizer? Nesse período em que a senhora passou como funcionária da empresa PLANAM e nesse período em que a senhora passou como assessora do Ministro, soube ou ouviu dizer se algum Deputado que fora arrolado na CPI recebeu algum tipo de vantagem do Sr. Vedoin, ou da PLANAM, ou através de terceiro indicado por ele? Se recebeu, lembra-se de quando foi, como foi, se foi direto ao Deputado ou se foi através de um intermediário?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Veja bem, o único conhecimento que eu tenho era dos projetos que eram elaborados através das emendas. Com relação a toda essa situação, eu nunca vi Parlamentar no escritório da PLANAM, nunca soube de valores repassados, porque esse tipo de... se existiu, não era tratado no



escritório, não era conversado no escritório. As conversas de... A pressão no escritório era para que se aprontassem e se aprovassem os projetos. Com relação ao que foi passado para determinado Parlamentar X, valor e a época em que foi, eu não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - A sua conta pessoal — a senhora disse há poucos momentos — foi utilizada para fazer alguns pagamentos de despesa do escritório. Algum valor que transitou por sua conta foi utilizado para dar ou ser entregue a algum Deputado arrolado na CPI?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não, senhor. Todo o dinheiro que passou na minha conta eu retirava e fazia os pagamentos. Teve um valor de 11 mil reais que o Sr. Ronildo depositou, porque ele não teve tempo de trazer de Cuiabá, quando ele ia viajar, que foi na minha conta, que foi tirado e repassado para ele. No mais, se pegar todas as prestações de contas com as datas dos valores, fecha as despesas do escritório.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Durante esse período em que a senhora ficou como responsável pelo escritório, algum Deputado arrolado na CPI visitou o escritório da PLANAM em Brasília? Essa é a primeira pergunta. Segunda pergunta: em sua estada como assessora do Ministro, você viu algum Deputado arrolado na CPI — como é comum acontecer — conversando com algum assessor, com algum técnico do Ministério da Saúde sobre os projetos na área de saúde cuja empresa interessada fosse a PLANAM? Se soube, quem são esses Deputados que estiveram no Ministério da Saúde para tratar da liberação de emendas, cuja beneficiária seria a empresa PLANAM ou uma Prefeitura arrolada dentro da CPI? E aquela primeira pergunta: durante sua permanência no escritório da PLANAM como responsável, algum Deputado esteve nesse escritório; se esteve, quem foi e qual o assunto que tratado nesse dia?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não, no meu período na PLANAM e nem depois eu nunca vi Parlamentar, nenhum Parlamentar no escritório tratando de assunto de interesse de nada. Nunca.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Vou fazer uma pergunta, para finalizar. A senhora não acha estranho, numa liberação de emenda — que há sempre uma hipótese de execução, certo? —. o pré-projeto ou o projeto básico ser



feito numa empresa que teria interesse de participar da concorrência, ser feito no escritório de uma empresa que seria interessada na disputa da concorrência? Não acharia isso estranho?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Olha, Deputado, no período em que eu estive na PLANAM... Veja bem, todo esse processo que se dá para confecção de projeto. Tem um sistema no Ministério, mais uma norma de exigência técnica. Então, assim, dificilmente há... O pré-projeto era feito pela PLANAM no escritório, em Brasília, porque esse momento se dá assim: como que esse pré-projeto é aprovado, para ele andar, para ele ficar na condição de aprovado? Todo Município pode cadastrar. A partir do momento em que é aberto o sistema, ele pode cadastrar várias solicitações, vários pré-projetos de liberação de recurso, tanto de construção, de equipamento, dentro da necessidade dele. Ele fica com esse número. Quando o Parlamentar indica o Município a ser contemplado, ele indica o Município e normalmente indica até o pré-projeto. Então, é assim: a maior parte do trabalho que a gente tinha na PLANAM era depois desse momento de aprovado, porque, como as emendas são leis, no Ministério da Saúde — acho que em todos os outros —, dão prioridade para emendas. Então, uma vez que esse pré-projeto... que, no módulo parlamentar, no sistema, o Parlamentar indica o Município e indica o pré-projeto, automaticamente a área técnica aprova. Aí é que se começa todo um processo de montagem dessa documentação para que ele seja encaminhado ao Ministério, para aí começar todo o trâmite dele de análise, de acerto na documentação para ver se está correta, se está de acordo com a emenda. Todo o processo de análise dele começa daí. Então, é difícil dizer, porque a parte de execução, depois que o projeto é aprovado, isso aí a gente, aqui no escritório, a gente não tinha mais acompanhamento disso, que seria a parte da execução. Hoje eu não posso dizer se todos os projetos que foram elaborados de emendas parlamentares pelo escritório, em Brasília, se a PLANAM executou, se foram eles que executaram. Eu não tenho conhecimento disso.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Última pergunta agora. A senhora recebeu ou usava uma senha pertencente aos Parlamentares para manusear o sistema? Algum Parlamentar lhe deu a senha para manusear o sistema?



A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Ou algum funcionário da PLANAM, naquele período em que a senhora participou como responsável pelo escritório, recebeu a senha de algum Deputado para entrar no sistema e fazer alteração?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não. As senhas que eram passadas para a gente eram as senhas dos pré-projetos que era para poder dar continuidade na elaboração do projeto. Agora, senha de Parlamentares no escritório, não. Se isso ocorreu, foi com os donos. A gente no escritório não tinha acesso a isso.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Você viu em algum momento o dono da PLANAM — o Sr. Vedoin ou o Sr. Luiz, o pai ou o filho — receber a senha de alguém?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Ou alguém mandado por ele receber a senha, algum dia, num final de semana?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não. Quanto a isso aí, eles não... a gente não tinha esse tipo de acesso.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - A senhora conhece aqui os 67 Deputados que estão sendo investigados aqui na Comissão de Ética? Tem relação de amizade, conhece algum, teve algum encontro?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Alguns eu conheço.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Conhece de contato pessoal, conhece de jornal?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não, tem uns que eu conheço da própria militância minha no sistema, porque eu já frequentei muito esta Casa, nas Comissões, com relação à questão de financiamento do SUS, nessas brigas que nós tivemos ao longo dos anos em defesa do sistema.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Pode lembrar algum nome mais comum?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Eu conheço inclusive os Parlamentares do meu Estado. Conheço o Deputado Wellington Fagundes, a Deputada Celcita, o próprio Deputado Pedro Henry, que eu conheci quando era Secretário Municipal de



Saúde. Os Parlamentares que eu conheço eu conheço antes do próprio trabalho que eu fazia na PLANAM.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Algum deles lhe pediu algum favor, já como assessora de Ministro, para poder agilizar algum processo, agilizar algum projeto no Ministério, algum favor?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não. Agilizar, não. Na verdade, o meu cargo no Ministério era prestar informação na assessoria. Porque, como o processo é muito burocrático, então você tem os Parlamentares que ligavam para saber o que estava acontecendo, por que o processo não tinha ido para frente. Mas dentro de uma situação de normalidade de informação que sempre se teve, nada de situações específicas de que o processo ou o projeto estivesse com a PLANAM ou com qualquer...

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Sr. Presidente, eu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Obrigado, Deputado Eduardo Valverde.

Com a palavra o nobre Deputado Fernando Coruja.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Sra. Maria da Penha, vou fazer algumas perguntas no sentido de esclarecer. A senhora foi indicada para o Ministério da Saúde exatamente por quem?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Pela Liderança do PMDB na Câmara, com um ofício assinado pelo Deputado Wilson Santiago.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Mais alguma pessoa especificamente?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Veja bem: quando ocorreu a ocupação do Ministério da Saúde politicamente pelo PMDB, o Deputado José Divino me ligou para saber se eu tinha alguma pessoa que eles poderiam estar indicando.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - E a senhora foi?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - E aí eu passei para ele, mas eu acho que não, essa pessoa não correspondia à expectativa, e ele me ligou perguntando: *“Por que você não... a gente não pode te indicar?”* Eu disse para ele: *“Pode, eu só não quero é assumir cargo de coordenação e nada. Se for uma assessoria, tudo bem”*.



O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - E lá no Ministério a senhora se referia a quem para um subordinado diretamente?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Chefe de gabinete.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Chefe de gabinete do Ministro?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Isso.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Há um... Os relatórios da Polícia Federal apontam que, nos 2 sigilos, nos 2 depoimentos sigilosos, a senhora contou com detalhes como o dinheiro da propina chegava: era sacado num banco de Brasília e levado em espécie para o gabinete dos Parlamentares, escondido em meias, cuecas, bolsos de paletó. A senhora confirma isso dos depoimentos que a senhora deu à Polícia Federal?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Veja bem, o que eu disse na Polícia Federal, eu disse: *“Olha, eu nunca vi donos da PLANAM entregar dinheiro para Parlamentares”*.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Não é isso que a senhora...

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - No escritório, porque como não se recebia em dia, o comentário que era feito, inclusive pelo motorista que já até prestou depoimento, era que eles não pagavam salário, mas que diziam que levavam, traziam malas de dinheiro para a Câmara. Foi esse depoimento que eu dei na Polícia...

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Certo.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - ... e o rapaz confirmou.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Era informação dos motoristas?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Isso, do motorista, do pessoal que trabalhava lá...

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - A senhora fez algum acordo de delação premiada com o Ministério Público?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não. Na verdade, Deputado, eu, em todo esse envolvimento, eu acabei sendo usada, por um ex-advogado, em conjunto, porque eu ainda estava no presídio e, assim, todo esse holofote que se deu através da imprensa, nenhuma dessas entrevistas fui eu que dei. Então é assim: eu não sabia do que se tratava delação premiada. Então, me tiraram de lá.



O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Então, o seu advogado fez um acordo?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Disse que ia fazer. Eu fui para lá, para o escritório da Polícia Federal onde estava o Dr. Mário Lúcio Avelar, e fiquei lá, e eles querendo saber. Tanto que, depois, o que saiu na imprensa foi uma coisa completamente oposta do que eu tinha dito. Eu inclusive já disse que eu quero a fita da gravação porque o próprio Delegado soltou informações para a mídia as quais não eram corretas. E eu fiquei sozinha lá depondo até 1h da manhã, sem advogado, sem ninguém.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sei.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Então, assim, foi uma coisa absurda; uma porque, quando se vê tudo isso aí que aconteceu, porque sinceramente tem coisas nesse escândalo todo que vim saber agora, da capacidade dos próprios donos, porque até então, quando trabalhei, para mim a empresa e os donos eram idôneos.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Por exemplo, no *Correio Braziliense*, do dia 7 de maio de 2006. saiu uma gravação envolvendo a senhora e o Darci Vedoin. Literalmente, dizia o *Correio Braziliense*: “A coisa vai esquentar de novo quando abrir o Orçamento” — a senhora falando. “Depois, quando entrar com os projetos de 2006 e pagar 2005, vai esquentar. Quando a coisa for de base aliada a coisa vai acontecer.” A senhora falou.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Quando for o quê?

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - “Quando a coisa for de base aliada, a coisa vai acontecer.”

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Ah, sim, mais isso só foram expressões que eu estava conversando a respeito do montante de processos, de projetos e de trabalho que se tem nesse período.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - A senhora diz também nesse depoimento que a propina era paga aos Parlamentares de forma antecipada, muitas vezes antes da liberação dos recursos das emendas. Isso também foram os motoristas que lhe informaram?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Que as propinas...

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - É.



A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não, o que eu disse no meu depoimento que os Vedoins... Por que o que tem na representação? A representação que a Polícia Federal fez, eles colocaram que os Vedoins eles iam aos Municípios fazer contato com os Prefeitos para depois virem tentar viabilizar emendas. O que eu disse: Não, o que eu sei é que eles tentavam trabalhar as emendas na época de que se começava a formalizar, mesmo antes de se aprovar, o contato que eles faziam. Agora, de pagar propina, eu nunca disse pagar propina. Eles faziam contato e essas conversas de que eles traziam dinheiro em mala que vinha para cá, nem sempre era em época também de projeto que já tinha acontecido.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - A senhora chegou a falar em percentual de 10 a 15% ou não?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Eu disse, porque isso foram coisas que eles me disseram.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Mas isso a senhora tinha informação também do motorista?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não, isso aí... Eu não sei por que a Polícia Federal não gravou. Se eles gravaram tanta coisa, deveriam ter gravado também uma conversa do Sr. Ronildo comigo, porque ele...

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Mas a senhora tinha informação então de que a PLANAM pagava propina para Deputado?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - O que eu passei, Deputado, é o que eu sabia e das coisas que eles me falavam.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sei.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Nessa conversa com o Sr. Ronildo...

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - O Vedoin lhe falava também que pagava?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Isso. Nessa conversa com... O Ronildo era sócio deles. Quando eles apertavam: *“Olha, não dá para aprovar esses projetos que estão no Ministério, de equipamentos, com esses valores, porque nós não vamos ter lucro nenhum”*. Aí foi quando ele citou: *“Libere já 20...”*

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Então, a senhora pode testemunhar que a PLANAM pagava propina para Deputados?



A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não, senhor. Eu posso testemunhar do que o Sr. Ronildo falou comigo. Eu nunca vi a PLANAM pagando nada.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - A senhora nunca viu?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Mas a senhora imaginava que se pagava?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Senhor, estou comentando o que, num telefonema, o que o Sr. Ronildo me falou, que com aqueles valores não dava, porque de 10 a 20% já tinha que tirar para Parlamentar, tinha que pagar mais não sei quanto para Prefeito, o que eles iam ganhar? Isso a Polícia Federal deveria ter gravado.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Mas a senhora falava direto com os Vedoins também sobre, porque tem algumas gravações falando direto com ...

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Sim.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - ...o Vedoin sobre esse esquema de pagamento.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não, depende. Pagamento de projetos liberados na época que eu trabalhava com eles, sim. Pagamento de convênio.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Pagamento para Parlamentar.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - De convênio. Agora, com relação a pagamento...

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - A nossa questão aqui basicamente é saber se houve pagamento para Parlamentar e quem recebeu. Isso é o que nós precisamos...

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - E isso, sinceramente, eu não sei.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Como disse o Deputado Valverde, a nossa questão não é com V.Sa., mas a gente saber se houve pagamento para Parlamentares e quem recebeu.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - E essa informação, sinceramente, eu não posso dar, porque eu nunca vi.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - A senhora não pode dar?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Nunca vi.



O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Então, a senhora não pode dar nem que houve, muito menos ainda ...

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Eu teria que provar, Deputado. Eu não tenho como provar. O que eu ouvi não é prova.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sei. E muito menos...

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Para eu dizer assim “pagou”, tenho que dizer: *“Eles deram ‘X’ para determinado Parlamentar dia tal, em tal lugar.”* Eu nunca vi isso.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - A senhora falou no começo que está sendo acusada... Claro, a mídia, a imprensa está colocando. Mas, veja bem, mesmo que tenha essa delação premiada feita pelo seu advogado, ou um acordo, a senhora apontou 171 Parlamentares. De repente execrou, jogou eles na...

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não fui eu, Deputado.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Não foi a senhora?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não, senhor. Não fui eu. Foi a Polícia Federal. Eu responsabilizei o Delegado Tardelli por isso. Não fui eu. Eu disse na Polícia Federal o quantitativo de projetos que eu fiz.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Mas está no seu depoimento isso.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Que ele escreveu. Eu gostaria de ver a fita.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Então, a senhora...

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Esse na Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - A senhora acusa o delegado de falsificar o seu depoimento?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Eu disse, eu responsabilizei a ele. Eu disse... Desde quando eu comecei a dar depoimento, eu disse dos trabalhos técnicos que eu executava na PLANAM.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Eu sei, mas nós temos...

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Eles compararam até uma lista que tem da relação dos projetos, onde consta 10% da contrapartida dos Municípios, saiu na imprensa que aquilo era propina para Parlamentar.



O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Eu sei, mas a senhora veja que tem uma situação delicada, porque...

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Sim.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Há uma situação de um depoimento seu que a senhora dá a entender que não deu, que foi o delegado que fez o depoimento.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não, dar o depoimento, Deputado, eu dei o depoimento falando de projeto.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Não, não, mas no depoimento não está isso.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Quem estava querendo soltar isso na imprensa...

O SR. FERNANDO CORUJA - No depoimento a senhora fala de propina.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Pois é.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - No depoimento, a senhora fala de propina. No depoimento.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - No depoimento?

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - É, que os Parlamentares recebiam dinheiro. Isso a senhora fala no depoimento.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Eu falo do que eu ouvia na PLANAM. Afirmar que cento e tantos Parlamentares receberam propina, eu nunca disse isso.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - A senhora não fez aquela lista e foi assinalando assim?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Nunca disse isso. Eu falei que existia uma lista. Inclusive isso está no HD.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Mas aquilo que a senhora pegou uma lista, que tinha uma lista de Parlamentares e foi fazendo um xiszinho.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Uma lista porque ele queria saber de quais Parlamentares que tinham feito projeto na PLANAM. O que saiu na imprensa que era propina é responsabilidade deles. É tanto que ele colocou até a Deputada Denise Frossard nessa história toda, e no depoimento eu responsabilizei ele. É muito complicado. Vou ser sincera com o senhor. Eu não sei, no decorrer dessa



situação toda, se até o próprio advogado que fez toda essa proposta de me levar para conversar na Polícia Federal no horário que foi, se eu não tenho que entrar com ação contra ele.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Eu vou encerrando, porque realmente nós temos uma situação delicada. Muitos Parlamentares, evidentemente, foram acusados de repente por "A" ou por "B" injustamente.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - É claro, é muito óbvio também que tem uma série de Parlamentares envolvidos. Nós precisamos aqui... Eu estou até estranhando aqui hoje. Nosso partido... Está tão turbulento esse negócio que ninguém mais quer vir para cá. E aí, como sou o Líder do partido, como ninguém quer vir, eu digo: "*Vou lá*". Agora, temos que achar uma fórmula que possamos esclarecer algumas coisas.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Com certeza. E eu também gostaria muito, porque é difícil.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Realmente, há um conflito entre aquilo que foi colocado lá no depoimento. De certa forma, a senhora insinua que o delegado divulgou e mesmo transcreveu de forma inadequada o que a senhora disse.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Sim. E eu afirmo isso perto dele. Porque eu jamais disse que cento e poucos Parlamentares tinham recebido propina. Porque o que eu tinha como provar é a lista dos projetos realizados.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Só para concluir. A senhora não vai dizer nenhum nome de Deputado que a senhora não sabe, não viu?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Sim, não posso. Eu não posso ser incoseqüente, irresponsável.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Não pode. Então, não vai dizer também nem que eu ouvi falar que pegou, nada? E também não vai dizer que a PLANAM pagava propina, porque também não sabe mais? É isso?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Veja bem, Deputado, eu confirmo todas as coisas que eu disse em depoimento de situações que eu ouvi, de que se passavam no escritório. Isso eu não vou negar.



O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - A senhora testemunha por informação de terceiros?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - De conversas...

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Nunca viu ninguém pegar o dinheiro?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Nunca vi.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Nunca viu levar o dinheiro?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Também não. O escritório em Brasília é um escritório técnico. Os comentários que se davam é de quem passava a maior parte do tempo com eles. O Sr. Darci vinha para Brasília segunda e voltava quinta, e ele ficava na Câmara. Praticamente não ficava no escritório, da mesma forma como os outros donos. A realização dos negócios deles acontecia em Cuiabá, não era aqui.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO CORUJA - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o nobre Deputado Marcelo Ortiz.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, Dona Maria da Penha Lino, Srs. Relatores, advogada que a representa, Dra. Yaná Cerqueira, primeira coisa a perguntar à senhora: a senhora, aos 8 dias do mês de maio de 2006, a senhora prestou um depoimento à Polícia Federal na Superintendência Regional, em Mato Grosso? É a primeira pergunta, minha senhora.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Sim? Muito bem. Sr. Presidente... Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pois não.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sr. Presidente, comunicação com a advogada neste momento acho que não é possível.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - É só porque se eu estive na Polícia Federal exatamente dia 8, eu não sei, porque também... Entendeu?

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Mas a senhora responde ao que a senhora sabe.



A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Sim, eu dei o depoimento na Polícia Federal. Não sei exatamente se é o dia 8, mas eu dei.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Sr. Presidente, V.Exa. leu que a testemunha prestou um compromisso de dizer a verdade. E isso é feito sob a pena do falso testemunho. Para nós termos um posicionamento legal perfeito, eu gostaria que V.Exa. advertisse a testemunha de que, se ela mentir aqui, ela é passível dessa pena do falso testemunho, advertindo a ela.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Já está advertida, nobre Deputado. Vamos continuar, por favor.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Já está advertida? Muito obrigado.

Dona Maria da Penha Lino, a senhora trabalhou no gabinete do Deputado Amauri Gasques?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Sim, senhor. No período em que eu saí da PLANAM.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - A senhora trabalhou? Sei.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Abril de 2005...

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Não, eu só quero saber se a senhora trabalhou.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Sim.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Obrigado. A senhora, no depoimento que nós mencionamos, a senhora acusa nominalmente vários Deputados de terem participado de recebimento de propina, como o Deputado Coruja se referiu. A senhora parece que se assustou quando ele falou "propina". A senhora sabe perfeitamente o que é propina, não é?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Recebimento indevido de algum numerário, não é? A senhora diz no seu depoimento aqui que o dinheiro era sacado no Banco Itaú do Setor Comercial Sul, em Brasília, e levado em espécie para o gabinete dos Parlamentares escondido nas meias, cuecas e bolso do paletó dos empresários. Isso é verdade?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - A transferência do recurso deles, quando vinham para cá, que se pegava o dinheiro, era no Itaú. E quem passou a informação



da forma como eles entravam com o dinheiro na Câmara está nesse mesmo depoimento, quando eu digo que quem me falou isso foi o motorista.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Bom, aqui neste depoimento... Sr. Presidente, gostaria que passasse às mãos da testemunha o depoimento dela, para ela poder acompanhar, para ela ter maior liberdade até de ler o que ela falou quando eu perguntar, para ela não ter dúvida. Pode ser que eu me expresse mal, e ela tenha qualquer dúvida quanto ao que eu estou perguntando.

No depoimento que a senhora prestou — vou perguntar diretamente, porque eu sou Relator neste caso —, a senhora, num determinado momento do depoimento... Não tem aqui página, mas vamos contar: primeira, segunda, terceira... na quarta, quarta página... primeira, segunda, terceira, quarta, quinta, sexta linha, a senhora diz assim: *“Que a Deputada Elaine Costa está envolvida no esquema até o pescoço”*. O que a senhora quer dizer com isso?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - A palavra “esquema” ficou muito ruim aí, porque eu disse que todas as emendas da Deputada Elaine Costa, em 2004, foram feitos pela PLANAM os projetos.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Quer dizer que a senhora não se... Esquema era uma coisa normal? A senhora disse: *“A entrada das emendas, feito o processo...”* A senhora chama isso de esquema? É isso?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não, senhor. São projetos. A fala aí é que ficou... Se for expressão... Forma de expressão que foi colocada dessa forma aí... Agora, com relação a esquema — pode olhar na relação dos projetos elaborados das emendas da Deputada Elaine Costa —, foram feitos os projetos pela PLANAM.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Sei. Eu vou tirar o esquema. Eu pergunto: a Deputada Elaine Costa está envolvida até o pescoço? Agora, tirei o esquema. É correto isso?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Sim, senhor, porque, veja bem...

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - É correto isso, senhora?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - É correto, sim, senhor.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Estou satisfeito. Vamos continuar.

Quem trabalhava com a Deputada? Tem um assessor aqui — a senhora está lendo, pode ler aí — de nome Marquinho, também teve prisão temporária decretada,



está foragido e é filho de um juiz. E que a senhora presenciou o Marquinho cobrando valores da PLANAM, bem como ligando para a empresa atrás de dinheiro. É verdade isso?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Então, escreveram isto aqui, não é verdade...

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - É assessor.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - ...e a senhora assinou?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - É assessor.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Sim.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - É assessor.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Assessor conhecido como Marquinho. O que não é verdade? Que ele está foragido? Que é filho do juiz?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não. Ele estava foragido e é filho do juiz. Só que ele ligava atrás dos projetos da Deputada.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Ah, ele não ligava atrás de dinheiro?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Quer dizer que isto que está escrito aqui também não é verdade?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Isso aí não é verdade, não.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Isso não é.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Peço licença, Presidente, a V.Exa. Esse depoimento foi prestado pela Sra. Maria da Penha Lino sem que ela tivesse sofrido qualquer pressão. E V.Sa. assinou o depoimento.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Sem ler, inclusive.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Não, não importa. A senhora não pode nunca ter feito isso. A senhora estava assistida por advogado...

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não estava.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - A importância, Sr. Presidente, é para que ela esteja ciente de que ela está cometendo um crime. A senhora está cometendo um crime aqui de falso testemunho no momento em que a senhora



prestou um depoimento, assinou o depoimento sem nenhuma ameaça, sem nenhuma pressão, assistida por advogado e com assistência do Ministério Público.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado Jairo Carneiro, a palavra está com o nobre Deputado Marcelo Ortiz.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Eu não estava com advogado. Ele me deixou lá sozinha!

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Presidente...

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Sim, senhor!

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Deputado Jairo, por isso que eu tomei o cuidado de pedir que ela fosse advertida. Eu vou tomar a liberdade de fazer uma coisa que eu não faço. Eu estou aqui para perguntar e não para dar minha opinião. Mas, senhora...

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Eu tenho 46 anos de advocacia trabalhando no crime. A senhora pode se livrar do problema em que a senhora está envolvida, que a senhora começou a contar — nem precisava contar aqui. A senhora não precisava contar nada. A senhora não está aqui como ré. A senhora está aqui como testemunha. Sua advogada está aí ao seu lado, pode afirmar isso à senhora. A senhora não precisava contar nada. A senhora contou, nós ouvimos, e tal. A senhora aqui... Se a senhora mentir e ficar provado, a senhora pode se livrar do problema que a senhora tem com a PLANAM, mas vai ser condenada por um crime de falso testemunho. É isso o que o Deputado está querendo alertar à senhora. Nós estamos querendo é isso. Nós não queremos o mal da senhora. Nós estamos aqui para apurar a verdade, porque nós, Deputados, no final das contas, somos todos envolvidos em casos dessa natureza, porque, quando se fala aí fora, se diz: *“Os Deputados estão envolvidos no sanguessuga, os Deputados estão envolvidos no mensalão”*. E é por isso que nós estamos aqui.

Eu não tenho interesse nenhum de ver a senhora aí, não. Não tenho satisfação nenhuma. Mas nós estamos pedindo que a senhora coopere conosco, diga a verdade, diga aquilo que efetivamente aconteceu, para nós resolvermos bem este problema, para nós expurgarmos desta Casa quem deve ser expurgado. Porque aqui há a citação de vários Deputados que se viram prejudicados nesta



eleição e muitas vezes são inocentes. E nós queremos apurar isso e declarar primordialmente a inocência daqueles que forem inocentes. É esse o pedido que faço à senhora.

A SRA. YANÁ CERQUEIRA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pela ordem.

A SRA. YANÁ CERQUEIRA - O Sr. Deputado, com a devida vênia, está coagindo.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Ah! O que é isso, senhora! Qual é a coação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra a advogada, por favor.

A SRA. YANÁ CERQUEIRA - Por gentileza. Na verdade, ela está dizendo a verdade, ela está dizendo o que ela sabe. Esse depoimento aqui foi prestado no primeiro dia em que ela foi presa. Ela ficou até 1 hora da manhã sozinha. Ela não tem por que mentir.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Desculpe, doutora, não vou discutir com a senhora, mas eu não estou pressionando. Todos que estão aqui não estão pressionando. Dei oportunidade para que ela dissesse e vou continuar dando. Estou aconselhando, isso não é pressão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado Marcelo Ortiz, vamos continuar com as perguntas, por favor.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - A Deputada Elaine Costa tinha uma outra assessora de nome Nívea?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - A Nívea também ligava. Aqui está escrito: Nívea, assessora de Elaine Costa, também ligava cobrando valores da PLANAM.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Cobrando projetos da PLANAM.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Cobrando projetos da PLANAM. Quer dizer que isso aqui também não é verdade? Olha, a senhora faz uma afirmação aqui, vou ser obrigado a colocar o nome, não gostaria de fazê-lo, mas é porque tem uma afirmação de valores. Deixe-me ver um outro que tenha para não



incluir o Senador. Senador é problema do outro lado. A senhora afirmou que 2 Deputados tinham uma OSCIP e, nessa OSCIP, havia valores que eram enviados para essa OSCIP. Isso no seu depoimento. Estou falando de forma genérica. A senhora que é específica, a senhora acusou?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Sim, eu comentei...

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - A senhora comentou?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Sim, eu comentei do projeto que foi feito, que foi se elucidando, que era uma questão de triangulação. Na época das eleições — e depois disso o Ministério passou a não aceitar mais — é que se colocava emenda para OSCIP e depois fazia convênio, passando o investimento para os Municípios.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - A senhora então disse que no ano de 2004, no mês de julho ou agosto, os Deputados Federais Gilberto Nascimento e Jefferson Campos, ambos de São Paulo, destinaram, respectivamente, 1 milhão 960 mil reais e 1 milhão e 300 mil reais dentro do esquema dos empresários da PLANAM?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Indicaram as 2 emendas para esse Movimento Alfa, em Santos.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Que esses recursos foram direcionados para a OSCIP Movimento Alfa de Ação Comunitária. É verdade isso?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - E a senhora sabe que, como entidade, o Movimento Alfa não prestava serviço de assistência na área de saúde? Ela firmou um contrato de comodato com 8 Municípios paulistas, emprestando 1 unidade móvel para cada um deles, deixando apenas 1 unidade, do total de 9, à disposição do Movimento Alfa. A senhora falou isso?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Sim, senhor, porque quando a gente elabora o projeto, no Anexo 8, e nos anexos têm que constar para onde vão esses equipamentos.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - E a senhora sabia que tinha um empréstimo para os Municípios, tudo isso a senhora sabia, que a senhora falou aqui, né?



A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Seria feito comodato.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Sei.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Até então o Ministério da Saúde ainda aceitava esse tipo de trabalho.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Quando a senhora termina de falar isso tudo, explicou direitinho que a senhora sabia o que era feito, o destino das ambulâncias, aí a senhora diz que todos os Deputados com os quais o grupo PLANAM trabalhava, recebiam, a título de propina, entre 10% e 15% da emenda apresentada. É verdade isso?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Eu não afirmei isso. Está dentro daquela mesma situação. Porque esse é o mesmo depoimento. Do que eu ouvia no escritório. Inclusive falado por eles mesmos, quando eles queriam que se aprovasse os projetos de acordo com os valores que eles colocavam no Anexo 9.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Isso aqui, quando a senhora estava depondo... Então a senhora disse isso para o ...

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Eu disse que eles... A pressão era para aprovar, queria que a área técnica aprovasse os valores que eles colocavam, porque eles tinham despesa alta. Essa era a conversa que eles falavam.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - A senhora, durante o depoimento, eles faziam as perguntas, e a senhora ia respondendo isso, e a senhora só não falou em esquema, é isso?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - É isso, aí, foi tipo uma conversa; eles gravaram, Deputado.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Sei.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Eu fiquei sem advogado.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Sei. Mas foi...

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Eles gravaram, depois que o Delegado Tardelli foi digitando. Isso deu uma página grande. Eu não li. Só que eu confiei; eu confiei, inclusive, quando ele disse que isso era sigiloso. Para o senhor ter uma idéia, eu estava na penitenciária; no outro dia estava na imprensa toda como se eu tivesse dado entrevista. O advogado foi para o *Fantástico* dar entrevista de dizer que eu falei de propina para Parlamentar.



O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Quer dizer que a senhora teve uma conversa com eles? Foi uma conversa, o que a senhora disse.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Foi uma conversa. Porque ontem eu não sabia o que era. Porque esse depoimento, que foi o depoimento mais confuso que trouxe todo esse transtorno, foi justamente esse de lá que me tiraram da penitenciária, e eu fui de noite lá para a Polícia Federal, e fiquei até 1 hora da manhã. Até então o advogado que estava me acompanhando ficou comigo até umas 22h; depois ele foi embora. Por isso eu vou até pedir para ver se tem essa gravação. Porque uma coisa é você estar conversando. O meu depoimento com o Dr. Jefferson, no juiz, ele ia perguntando, eu ia respondendo e a moça ia digitando, e ele repetindo. Lá, na Polícia Federal, não foi dessa forma. Isso foi logo no início que eu cheguei em Cuiabá, da prisão, que eu fui daqui.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Vou fazer uma pergunta para a senhora. Eu já entendi. Durante esse tempo em que a senhora esteve conversando com o delegado, não é — era o delegado —, em algum momento a senhora foi agredida?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ Não. Não foi. Em algum momento eles ameaçaram a senhora, de bater na senhora: *“Olha, se você não falar você vai apanhar...”* Qualquer coisa nessa ordem?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não, senhor. Me deram uma lista para eu listar para dizer.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Sim, minha senhora, só um minutinho, tudo bem.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Quando deram a lista para a senhora apontar as pessoas, a senhora apontou as pessoas; eles pegaram nos seus dedos para apontar?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não, senhor. Perguntaram...

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - A senhora que apontou?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Certo. Daquela lista quem que eu lembrava que tinha feito o projeto; inclusive a lista que eles tinham lá de



Parlamentares era uma lista antiga, não era nem lista atualizada. Eu ainda disse: “*Como eu vou lembrar? Alguns eu lembrava, outros não.*”

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - A senhora, quando apontou aqueles que estavam na lista, a pergunta não foi os que estavam envolvidos no problema da propina?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - A pergunta foi quem são os que apresentaram emendas.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Para quem que a PLANAM tinha feito projeto.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Para quem que a PLANAM tinha feito projeto.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - E eu ainda disse uma frase que eu não sei se está nesse depoimento. Eu ainda disse assim: “*Fazer os projetos, foram feitos; eu não posso dizer que a PLANAM executou as emendas parlamentares dos projetos de todos os Deputados que foram feitos.*”

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - A senhora — vou fazer a última pergunta — vai continuar com essa posição, não quer mudar a sua posição em relação às minhas perguntas?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não, senhor. Eu não posso ser diferente em dizer a verdade.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Muito bem. Era só.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Obrigado, Deputado.

Com a palavra o nobre Deputado Anselmo.

O SR. DEPUTADO ANSELMO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero dizer que já fui contemplado com várias perguntas que eu tinha a fazer, mas tem uma aqui que eu quero insistir, sobre essa questão da lista. Porque aqui, quando a pergunta foi feita para a senhora, provavelmente, foi mencionada uma pergunta que tinha sido feita para o Darci Vedoin, que dizia que iniciou o trabalho com os Parlamentares em 2002; e, já em 2005, ele estava com um terço dos Parlamentares da Câmara dos Deputados. E, naquele momento, ele perguntou se a senhora poderia dizer quem eram essas pessoas. A partir daí a senhora solicitou



uma lista, e essa lista veio; eles estavam fazendo essa pergunta de Parlamentares que estariam envolvidos no esquema. Então, se formos fazer a leitura aqui, a gente percebe muito claramente que era de outro depoimento do Darci Vedoin, e, aí, a senhora pegou e fez a listagem de 80.

Então, o que eu quero insistir com a senhora é o seguinte: se a senhora estaria, primeiro, confirmando se isso era esquema ou era projeto e se, neste momento, agora, a senhora estaria repensando aquilo que a senhora disse, se teria que tirar alguém dessa lista ou, por acaso, alguém que foi esquecido e que tem que ser colocado nessa lista.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não, senhor. O tempo todo que eu falei de envolvimento de Parlamentares sempre foi com projetos, jamais em propina, porque eu nunca vi eles darem dinheiro para ninguém...

O SR. DEPUTADO ANSELMO - O.k. A outra pergunta que eu tinha era sobre quem a indicou para o Ministério, mas a senhora já respondeu que foi o pessoal do PMDB. Aqui, pelo jeito, a senhora vem tendo toda uma trajetória na questão da saúde, desde as Prefeituras, que não foram poucas, desde assessoria de Parlamentares e, agora, num alto cargo do Ministério da Saúde.

E aqui tem uma pergunta que eu gostaria de fazer: no depoimento da Polícia Federal... Deixe-me ver aqui... Eu gostaria de saber da senhora... no depoimento... como a senhora pegou toda essa trajetória e conhece muito bem essa área, eu gostaria de saber da senhora sobre a questão desses esquemas: de que época a senhora conhecia, mais ou menos, isso daí? Qual das épocas em que isso foi mais forte? Qual o conhecimento que a senhora tinha, quando a senhora trabalhava já nas Prefeituras, com relação a esse esquema?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Só para esclarecer, Deputado, eu fui exonerada do Ministério da Saúde no dia 5 de maio. Não tenho cargo mais. Estou desempregada. No meu período de trajetória no sistema, eu nunca soube, a minha militância era outra, era briga pelo financiamento, mas financiamento do SUS. Nos Municípios em que eu trabalhei como Secretária, nunca consegui emenda parlamentar para investimento. Eu só vim saber disso aí em 2004, no período em que trabalhei na PLANAM. Antes disso, o que eles faziam, que forma que era, eu



não tenho conhecimento. Eu tenho conhecimento dos projetos que foram elaborados pelo escritório da PLANAM, em 2004.

O SR. DEPUTADO ANSELMO - Correto. Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o nobre Deputado Jairo Carneiro.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sr. Presidente, Sra. Maria da Penha Lino, Sra. Advogada, Dra. Yaná Cerqueira, senhoras e senhores advogados, nobres pares, Sra. Maria da Penha, aqui já bem disseram, antes de mim, que a sua presença será para contribuir para o esclarecimento dos fatos. Aqui, V.Sa. não é investigada, não é indiciada. Mas é fundamental que tenha plena consciência das implicações e das responsabilidades que poderão gerar para a senhora, em função da declaração que venha contradizer outras tantas prestadas.

A senhora já declarou que não sofreu ameaça, coação nem qualquer tipo de ação no interrogatório perante a Polícia Federal que pudesse tirar-lhe a autonomia da vontade, para que V.Sa. pudesse expressar livremente a sua opinião ou o seu conhecimento dos fatos, correto?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Correto. A não ser a insistência para eu dizer nomes de Parlamentares. Isso foi muito claro, a insistência do Dr. Tardelli. Tanto é que ele arranjou uma lista.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - A senhora não sofreu nenhum tipo de ameaça...

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - ...nem algo que pudesse lhe tolher a sua liberdade?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Muito bem. A senhora assinou o depoimento. A senhora é de maior. A senhora é uma pessoa experiente e madura, no exercício pleno das suas faculdades. A senhora assinou o depoimento, o interrogatório. Estavam presentes membros do Ministério Público?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Dr. Mário Lúcio Avelar.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Um ou dois?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - E Dr. Paulo.



O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Essas pessoas tiveram alguma atitude indigna perante a senhora?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Essas pessoas permitiram que houvesse algum tipo de impedimento para que a senhora pudesse estar à vontade e exercer com liberdade o seu papel?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não, senhor, é tanto que foi como uma conversa, não foi como um depoimento.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Mas eles estavam ali para fiscalizar a lei e fiscalizar a atuação da autoridade policial também, para que não houvesse...

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Por isso que eu confiei.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - ...qualquer tipo de coação à senhora.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Sim.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Isso foi feito?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Sim.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Muito bem.

Então, a senhora assina um documento que é a expressão da sua verdade, com a assistência do Ministério Público, que estava ali para garantir a lei, fiscais da lei. A senhora estava também com um advogado acompanhando a senhora, certo?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Estava. A princípio eu cheguei lá com o advogado Eduardo Mahon e com o... Como é que se diz quando ainda não é formado?

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Estagiário.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Estagiário Marcelo. O Delegado Mahon saiu...

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Delegado? O Mahon?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - O advogado, e ficou lá somente o estagiário.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Até o final? E a que horas saiu o advogado?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - O advogado saiu por volta das 22... 22h.



O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Acho que não. Não é bem isso não, senhora.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Vinte e duas, 23h, dizendo que o pai dele tinha passado mal e que ele ia em casa. E ele não voltou.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - O advogado saiu às 23h19min. Foi a hora em que saiu o advogado. Mas o importante é que os membros do Ministério Público estavam presentes. O importante é que V.Sa. declara aqui para esta Casa que não sofreu ameaça nem coação em momento algum. E a senhora é de maior, mesmo que não estivesse assistida por advogado. E a senhora assinou. E agora a senhora está contrariando afirmações que estão no documento da Polícia Federal. Por isso que V.Sa. corre o risco; mais do que isso, V.Sa. está incidindo em infração penal por falso testemunho.

As minhas perguntas já foram balizadas por outros que me antecederam. Eu sou Relator de 3 processos. Mas tenho a obrigação, como membro do Conselho, de participar de todos os processos. E em um certo momento do depoimento perante a Polícia, além do que já foi dito aqui pelo Deputado Ortiz, que está no texto do interrogatório assinado por V.Sa., V.Sa., na relação de nomes daqueles que estavam envolvidos com o esquema da propina, a senhora cita 2 nomes: Carlos Nader e Lino Rossi. Porque eu sou o Relator desses 2. A senhora pode querer agora contrariar o que está assinado pela senhora. Mas para mim creio que não haverá maior valor técnico, porque a senhora não sofreu nenhum tipo de ameaça para prestar o seu depoimento.

Aqui nesta relação não está o nome da Juíza Deputada Denise Frossard. Não está aqui, e a senhora disse que o delegado declarou que estava. Não está aqui nesta relação. Pode estar no jornal, mas no seu interrogatório não está. Então, eu venho em defesa da sua verdade, em defesa da Deputada Frossard, cujo nome não consta da sua listagem.

Eu teria várias perguntas a fazer, mas eu creio que, a partir da premissa que eu adoto, que para mim ela é válida, que o interrogatório é uma peça substantiva como prova cabal da verdade a partir da senhora, as suas contradições posteriores para mim não influenciarão a formação de um juízo, porque não houve nenhum vício no interrogatório. Agora a senhora está correndo o risco, sim, de sofrer a penalidade



da lei penal, por estar aqui infringindo as regras do Código no seu comportamento nesta reunião.

Por fim, eu perguntaria se a senhora tem algum parentesco — é apenas curiosidade — com o Deputado Lino Rossi, pelo fato de ter semelhança no sobrenome.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Não. Eu tenho aqui umas indagações do Deputado Nelson Marquezelli, que é membro do Conselho. Não pôde estar presente e pediu que eu pudesse submetê-las a V.Sa. Eu não assumo a responsabilidade pelas perguntas dele. Então, formulo: *“A senhora afirmou em seu reinterrogatório realizado na Polícia Federal em 8 de maio de 2006, em Cuiabá, que tinha conhecimento da participação de diversos Parlamentares no chamado Esquema PLANAM, entre eles o Deputado Vieira Reis, no ano de 2004. V.Sa. poderia confirmar esse fato?”*

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Foram feitos todos os projetos do Deputado Vieira Reis pela PLANAM.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - É, mas ele fala do esquema, o esquema, que é o esquema ilícito.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Esse esquema que significa dinheiro?

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - É, é o esquema ilícito; o sentido é esse.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não, o esquema que foi colocado... Do que eu respondi, é sobre a confecção dos projetos.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - É, mas o que está no seu interrogatório — e a partir do seu interrogatório é que está sendo feita a indagação — é esquema ilícito, de comissão, de propina, de roubo do dinheiro público.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Nunca vi, Deputado, a PLANAM passar dinheiro para o Deputado Vieira Reis.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Segunda indagação: *“Em caso positivo...”* Claro, acho que não haverá sentido, a senhora já negou. Vou à terceira: *“V.Sa. conhece o Deputado Vieira Reis?”*

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Conheço, sim, senhor.



O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Manteve com ele algum contato durante o período em que trabalhou no Ministério da Saúde?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não, senhor. Quando eu trabalhei (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Outra indagação dele: "*Em caso positivo, que tipo de contato foi feito...*" Aí não importa mais. Eu concluo com a última indagação. A senhora foi indicada pela Liderança do PMDB e por mais ninguém, certo?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Mas a senhora agora está cometendo outra contradição e cometendo mais uma infração, porque perante a Deputada Vanessa Grazziotin a senhora declarou, na CPMI, que a indicação original foi do Deputado José Divino. Está escrito aqui.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Sim, Deputado...

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - A senhora disse ao Deputado anterior que lhe indagou que foi a Liderança do PMDB e mais ninguém. E eu lhe pergunto e a senhora me responde: foi a Liderança do PMDB e mais ninguém, e perante a Deputada Vanessa Grazziotin a senhora disse que a indicação sua foi do Deputado José Divino, que está respondendo a processo, a representação, também por problemas com o esquema das ambulâncias. Obrigado. Estou satisfeito.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Só para esclarecer, Deputado: o documento que tem no Ministério da Saúde, entregue ao Ministro, da minha indicação, é da Liderança do PMDB.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Eu vou ler para a senhora.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - O Deputado José Divino encaminhou um documento para a Liderança pedindo a minha indicação. Agora, o que indicou, o que foi para o Ministério da Saúde, foi da Liderança...

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - E o José Divino não tem nenhuma participação?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Eu comentei isso aqui do Deputado José Divino, não sei se o senhor já tinha chegado...

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Eu estava.



A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Que o Deputado José Divino me ligou, que pediu a indicação de uma pessoa para o PMDB indicar, que eu passei, não deu certo; ele ligou para mim para perguntar, porque eles não poderiam me indicar. Eu disse que tudo bem, que poderia ser para um cargo de assessoria, não de coordenação nenhuma, que eu não queria. E isso ocorreu, eu não omiti isso. Eu contei toda essa história aqui, toda essa verdade.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Está bem. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Nobre Deputado Jairo Carneiro, a bem da verdade, a depoente já tinha, inclusive, demonstrado a todos nós que foi o Deputado José Divino, através da Liderança do PMDB.

Com a palavra o nobre Deputado José Carlos Araújo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Obrigado, Sr. Presidente.

D. Maria da Penha Lino, eu ouvi atentamente todas as perguntas feitas à senhora e li alguns dos seus depoimentos. Eu sou Relator hoje de 4 processos de Deputados cujos nomes a senhora faz referência no termo de inquirição que fez no dia 5 de maio de 2006. Eu queria saber da senhora: essa lista que me apresentaram foi a lista de todos os Deputados, ou foi uma lista específica daqueles que fizeram emendas com a PLANAM?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Deputado, na Polícia Federal, eu disse que, quando eu trabalhei na PLANAM, e eu tinha que sair, eu tinha pedido para que copiassem tudo o que tinha sido feito nos computadores. Não sei por que, mas... E o rapaz copiou. E, nesse HD, que inclusive foi mandado para o Supremo e que acho que voltou para a Polícia Federal, tem a lista de todos os projetos realizados na PLANAM no período em que eu trabalhei, que é essa lista. Só que foi feita tanta confusão quando abriram esse HD, que publicaram essa lista, e eu não sei como. Porque não tem como uma pessoa que não trabalhou saber do que se tratava, concorda? E soltaram essa lista — e já soltaram com sensacionalismo, como se todos esses fossem Parlamentares envolvidos com esquema de propina. Esses documentos, eles existem, foram todos... A parte técnica do que foi feito para a PLANAM, confundiram inclusive que numa dessas listas tem número de emenda, nome do Parlamentar, se era unidade móvel, se era equipamento, inclusive a



contrapartida dos municípios, número de processo. Foi feita muita confusão na imprensa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - A senhora falou no ponto exato que eu queria chegar. Quando o Parlamentar faz a emenda, e a emenda é feita, encerra aí, passa a ser a emenda do município. Os projetos lá devem ser feitos em nome dos municípios. Por que estavam sendo feitos em nome dos Parlamentares? Porque o dinheiro foi destinado ao município tal do Estado tal, não é verdade?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Então, a partir daí, o projeto é do município. É do município, porque o dinheiro foi destinado para o município, a emenda passa a ser do município, e o projeto é do município. O que me estranha é que está lá situada a emenda, o projeto feito para o Deputado, o que não é verdade. O Deputado não tem mais nada a ver com isso. O Deputado encerra a participação dele quando faz a emenda e destina o recurso para tal município. Encerrou a participação do Parlamentar. Por que a PLANAM... A senhora tem conhecimento do porquê de os projetos estarem sendo feitos em nome dos Parlamentares?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não, Deputado, a lista... existiam várias listas, inclusive...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - A senhora falou projetos.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Projeto. O que eu estou dizendo de projeto é porque, veja bem, assim, para a gente saber no escritório, para acompanhar, a gente tinha de saber o número do projeto, o município, do que se tratava...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Mas acompanhar o quê, senhora?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Acompanhar o andamento dele no Ministério da Saúde.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Mas, no Ministério da Saúde, já estava "município tal, do Estado tal". Acabou. O Deputado está fora. O que você tem de acompanhar lá no Ministério é o projeto do município, acabou o Deputado.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Sim, mas era esse mesmo que era...



O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - E por que continua?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Isso é uma lista, é uma lista que também tem esses mesmos projetos, esses mesmos processos, tem por Estado e por município...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sim, claro.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Porque eram eles que pediam para fazer desse jeito. Eu era funcionária da PLANAM.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Não. Então, queriam ter o controle do Parlamentar, é isso?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não, eles queriam ter controle das emendas que eles estavam... dos projetos de emendas que eles estavam fazendo por Parlamentares.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Mas se o projeto é do Município A, um município qualquer, um da Bahia... vou citar o que vem à cabeça: Ajustina. Então, passou a ser um projeto do município, o contato tem de ser com o Prefeito, porque a contrapartida tem de ser dada pelo município. Onde entra o Parlamentar depois disso aí? Por que esse interesse tão grande de continuar contatando com o Deputado, com o Parlamentar, se a emenda já está no Ministério?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Deputado, o projeto, quando é analisado, inclusive, quando ele gera pendência técnica, o próprio Ministério da Saúde envia o chamado parecer técnico, para que o Parlamentar tenha conhecimento de que o projeto daquele município que ele indicou na sua emenda está com pendência técnica e que tem de ser resolvida, porque, se não, o projeto não é aprovado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sim, mas, aí, é um assunto entre o Ministério e o Parlamentar; a PLANAM não tem nada a ver com isso mais. Bom, tudo bem, eu já entendi.

Agora, a senhora citou no seu depoimento, ou apontou, vários Parlamentares. E eu, particularmente, entre os que... Fui penalizado pelo nobre Presidente deste Conselho que me penalizou com 4 Relatorias. Eu sou Relator de 4 processos de Deputados aqui, e eu queria ter... A senhora citou o Sr. Ildeu Araújo, o Deputado Ildeu Araújo. A senhora conhece o Deputado Ildeu Araújo?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não, senhor.



O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Nunca viu o Deputado Ildeu Araújo?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Nunca esteve no seu gabinete nem ele nunca esteve no escritório da PLANAM?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - O Deputado não. Já esteve no escritório da PLANAM um assessor que trabalhava com ele para ver os projetos de emenda dele que estavam sendo feitos pela PLANAM.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - O projeto de emenda dele feito pela PLANAM?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - É.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - E foi parar na mão do Deputado? (*Pausa.*) Ora, se o projeto foi feito pela PLANAM, a PLANAM tinha de dar ao Deputado ou entregar no Ministério da Saúde?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Quando os...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Como é que funcionava isso?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - O acompanhamento do projeto é o seguinte, Deputado. Depois que ele dá entrada no Ministério da Saúde, ele passa por várias áreas técnicas para ser analisado. Então, de acordo com as pendências que tem, enquanto não cumpre todas as exigências da área técnica do Ministério da Saúde, esse projeto não é aprovado. E a cada exigência dessas tem de se responder, tem de mandar para o município, e o município assinar...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Mas quem tem de responder?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - O município, mas, em muitos municípios, o pessoal não tem capacidade técnica para ter conhecimento de todas as exigências que se faz. Então, era feito, era passado às vezes para o gabinete para que fosse encaminhado ao município, para assinar.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Gabinete do Parlamentar?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Do Parlamentar.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Mas hoje...

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Para o município assinar e mandar de volta, respondendo o parecer técnico.



O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Mas a senhora veja o seguinte. Nesses tempos globalizados — existe hoje computador, *e-mail*, fax tantos outros meios de comunicação —, por que esse projeto teria de voltar para o Deputado, para que ele sanasse as pendências? No máximo, o Parlamentar podia agilizar junto ao município que tirasse a pendência. Agora, o projeto voltar à mão do Deputado, e o assessor levar o projeto da PLANAM? Isso é que eu estranho.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não era o projeto especificamente. O projeto, ele fica no Ministério, Deputado; é a pendência. Gera uma pendência através de um documento, que é passado e, aí, normalmente o município tem de fazer as alterações de exigência daquele...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - O que a senhora entende como esquema?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Como?

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - O que a senhora entende como esquema?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - *(Pausa.)* Esquema?

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sim.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Olha, Deputado, quando a gente está conversando numa conversa que ela não seja entre... como se fosse uma conversa formal, depois isso pode ser passado para o papel e se dar a interpretação que se quer. Esquema de... É toda essa palavra que saiu aí nesse... ao longo do tempo aí desse... dessa coisa... desse escândalo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - A senhora está rodeando, rodeando... Eu quero saber o que a senhora entende como esquema?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não estou rodeando. O que eu... O esquema que eu sei é quando tem envolvimento de coisas ilícitas.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Entendi.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não é?

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Então, quando a senhora se refere a esquema, a senhora se refere a coisas ilícitas?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Sim. A palavra é "ilícita", não é? Esquema é ilícita.



O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Não, a palavra não é “ilícita”.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Esquema significa ilícito.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Ah, sim! O significado da palavra é que a senhora está... Então, quando a senhora falou aqui... O Deputado Ortiz foi muito claro e colocou esquema. A senhora não entendeu, depois teve que tirar a palavra. Agora, a senhora está entendendo realmente que a palavra esquema envolve coisas ilícitas.

A senhora também citou o Professor Irapuan Teixeira, que também é Parlamentar. A senhora conhece o Professor Irapuan Teixeira?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Nunca viu?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Algum assessor dele?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - *(Pausa.)* Eu conheci o Martins. Eu não sei se o Martins é assessor do Deputado Irapuan...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Quer dizer que essa lista... Voltando à lista, a senhora não tirou da sua cabeça nem a apontou por livre e espontânea vontade? Essa lista apareceu porque estava no computador como projetos desses Parlamentares.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - A senhora não foi lá e disse: “Olha, Fulano, Beltrano”, ou apontou numa lista, e tal?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não. Lá...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Porque em alguns depoimentos que eu li, alguns Deputados foram citados, e alguns Deputados inclusive que nada têm com sanguessuga. E os sócios da empresa disseram claramente, uma lista de alguns Deputados, disseram claramente que eles nunca tinham feito esquema nem conversa com aqueles Parlamentares e — por sorte minha, graças a Deus, porque eu não estava — o meu nome estava nessa lista que os Vedoin, pai e filho, disseram que não estava. Mas essa lista apareceu na mão dele, pelo que me parece, com 500 nomes e foram apontando, perguntando isso aí.



Então, eu queria saber: esses nomes que estão aqui nessa relação, como é que apareceram?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Então, veja bem, Deputado, quando eu estava na Polícia Federal, e o Delegado Tardelli queria que eu lembrasse quais eram os Parlamentares para quem a PLANAM tinha feito projeto e que poderiam estar envolvidos no suposto esquema, o senhor não tem como lembrar. Mas, *“E se a gente te der uma lista...?”* Existe uma lista dos projetos que foram feitos através do HD. Mas, não, *“E se a gente te der essa lista aqui, você não sabe?”* — “Ah, alguns eu posso lembrar.”

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Mas que lista? Apresentaram uma lista que não estava no HD?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Sim. A Polícia Federal. É

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Uma lista de Parlamentares.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Isso. A Polícia Federal que apresentou. E, aí, tentando lembrar ainda um pouco dos projetos que tinha feito, eu coloquei alguns. E, depois, eu disse para o Delegado assim: “Ó, é impossível! Eu não tenho como lembrar. Foram vários os projetos feitos. É melhor pegar o que tem ali no HD, porque lá tem toda a relação dos projetos”. Agora, a relação que foi feita das emendas, se a PLANAM executou tudo isso, eu não posso afirmar, porque depois que o projeto é aprovado, o escritório, em Brasília, não acompanhava mais o resto do trâmite. É tanto que tem uma ligação do Luiz Antônio, que foi gravada pela Polícia Federal, em que ele está pedindo para poder mandar essa lista para ele, elaborou-se uma lista, e tal, que eles queriam para acompanhar as emendas nos contatos que eles tinham feito...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - A senhora elaborou a lista a partir de quê?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - A pedido deles.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Quem elaborou a lista?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - O escritório da PLANAM, com o número dos processos, com o número das emendas. Essa lista foi passada para eles por *e-mail*. Tem uma ligação em que ele está ligando para dizer que não era daquele jeito e cita alguns exemplos.



O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Quem estava dizendo isso?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - O Luiz Antônio Vedoin.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Hum!

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Ligou e tem uma gravação da Polícia Federal, em que ele está reclamando que não... E começa a citar exemplo de alguns Parlamentares, que era para tirar dessa lista, porque eles não iam mais trabalhar aquela emenda. Então, por isso que eu disse na Polícia Federal: "Existe uma lista de projetos elaborados com emendas dos Parlamentares nesse HD". Agora, eu não tenho como dizer, nem afirmar que todas essas emendas, esses projetos, a PLANAM executou depois desse dia, vendeu essas...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - A senhora falou também que ficou desassistida de advogado; que a partir das 11h19min, quando o advogado saiu, a senhora ficou desassistida. A senhora não já tinha acabado, nesse horário, de dar o seu depoimento? Alguma coisa mudou depois que o advogado saiu?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não, senhor. Não tinha terminado, não. Terminou eu acho que uma e pouco da manhã, se eu não me engano.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Uma e pouco. Mas a senhora continua assistida pelo Ministério Público. O Ministério Público não reclamou que a senhora estava sem advogado?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Nem a senhora reclamou também na época?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não. Deputado, é difícil, às vezes, até de vocês acreditarem. Mas, para quem nunca passou por uma situação dessa, eu não.. para mim, eu estava com a Justiça. Depois de toda a fanfarra que foi feita, desculpa pela palavra, de toda a coisa que saiu na imprensa, inclusive liberado pela próprio Delegado que falou que aquilo era sigiloso, eu perdi a confiança de achar que existe justiça.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Então, só para encerrar, a senhora acha que saiu na imprensa e tem alguma coisa escrito, que a senhora não falou?



A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Sim, senhor, a interpretação de como você disse que a relação era de Parlamentares para quem foram feitos projetos de emendas pela PLANAM. Outra coisa é dizer que a relação é dos Parlamentares que receberam propina da PLANAM, porque se eu digo aqui para o senhor que o Deputado Fulano de tal recebeu, sim, e estava no esquema, o senhor vai me perguntar, quando foi e que valor recebeu. Eu não tenho essas informações, eu não vi. Os únicos que podem falar sobre isso são os donos da PLANAM.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Já estou satisfeito, Sr. Presidente.

Só, por último, para encerrar.

Então, a senhora deduz que essas coisas foram mudadas, foram colocadas a mais do que o que a senhora disse em função de quê? Por quê?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Deputado, eu acredito assim: uma coisa, eu disse que o meu depoimento na Polícia Federal foi completamente diferente do que eu dei lá no juiz, porque foi uma conversa que foi tendo no Ministério Público. Eu sentada, conversando, eles gravando. Foi gravada a conversa. Como se tivesse sido uma conversa. Eu, inclusive, disse...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - E, na Polícia Federal, a senhora foi pressionada?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não. Foi... Estava junto, lá na Polícia Federal, o Ministério Público estava junto. Estava o Dr. Paulo, o Dr. Mário Lúcio Avelar. Eles estavam juntos lá. Depois, o próprio Delegado Tardelli foi que digitou. E eu, sinceramente, eu assinei. Eu não li, eu não li.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Então, o que a senhora assinou não está de acordo com o que a senhora disse?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Eu não li.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Não é isso?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Há algumas situações que... Aí, hoje, fica parecendo que eu estou escondendo os fatos — não é? —, que eu estou mentindo, que, na verdade, não é isso...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - A senhora...



A SRA. MARIA DA PENHA LINO - ... foi justamente por esse tipo de situação.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - A senhora...

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Agora eu, o senhor pode ter certeza: eu vou tomar providência, vou pedir para o advogado para pegar essa fita, porque fica parecendo que eu estou mudando o que eu estou falando. E eu não tenho interesse nenhum. Eu só não posso ser irresponsável. Foram irresponsáveis comigo, mas eu não posso ser com as pessoas.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Quem foi irresponsável com a senhora?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Foram irresponsáveis, quando colocaram na mídia tudo o que eu tinha falado lá de uma forma que não, não foi o real. O advogado foi para o *Fantástico* dar entrevista no meu nome. Eu estava na penitenciária.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Estou satisfeito, Sr. Presidente.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Isso é uma irresponsabilidade. Por mais que fosse meu advogado, e estava como meu advogado, mas ele não me perguntou se ele podia dar entrevista e falar no meu nome. Eu ganhei uma notoriedade neste País de um poder que nunca tive.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Srs. Deputados, ainda estão inscritos os nobres Deputados Mendes Thame e Herculano Anghinetti e a Deputada Ann Pontes. Então, com a palavra o nobre Deputado Mendes Thame.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Desejo, inicialmente, perguntar à senhora se conhece, se teve algum contato com o Sr. Wagner Sérgio Silva.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Wagner...

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Trabalhou no gabinete do Deputado Nilton Capixaba.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não, senhor.



O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Nunca teve contato?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Wagner, não. Conheço lá outra pessoa.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Quem a senhora conhece lá do gabinete do Deputado Capixaba?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Francisco.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Francisco.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Francisco.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - A senhora conhece pessoalmente ou teve algum contato com o Sr. Rodrigo Medeiros?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - O Rodrigo Medeiros foi funcionário da PLANAM. Trabalhou no escritório, quando eu estava na coordenação.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Perfeito.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Ele é parente do Sr. Ronildo, é sobrinho do Sr. Ronildo.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Perfeito. A senhora conhece pessoalmente um motorista da empresa dos Srs. Vedoin chamado Marcelo?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Não conhece. Muito bem. Quando a senhora conheceu o Sr. Vedoin? Em que ano?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Olha, eu conheci os Vedoin exatamente, acho que por volta de 2000. Não tem... Em viagens para Brasília, de contato, de cumprimentar e... sem...

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Qual o período em que a senhora trabalhou na PLANAM?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - De março de 2004 a março de 2005.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Durante 1 ano.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Isso.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - A senhora conhece pessoalmente o Deputado Coronel Alves?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Coronel Alves?



O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Deputado Coronel Alves. Não conhece?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não. Pessoalmente, não.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Pará. Amapá? Amapá.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Mas conheci uma assessora dele.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Como era o nome?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não estou lembrada.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Não se lembra? Deputado Isaías Silvestre, a senhora conheceu?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Deputado Nilton Capixaba.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Conheci.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Conheceu. Muito bem.

O que a senhora sabe a respeito do Sr. Rodrigo Medeiros?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Deputado, Rodrigo Medeiros, ele foi... ele foi para a PLANAM indicado pelo tio dele, que era um dos sócios, para trabalhar no escritório. Eu saí de lá em 2005, e eles... ele continuou trabalhando no escritório.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Perfeito. A senhora afirmou, em depoimento ao Relator, Senador Amir Lando: *“Eu disse, sim, que eu ouvia comentários no escritório da PLANAM, e que o que pagavam para Parlamentares era de 10% a 20%. Eu ouvia. Agora, nunca afirmei. Eu nunca vi. Quando perguntaram para mim: ‘Mas, quem é que já ouvia isso?’ Foi quando eu disse que o motorista também ouvia”*. Na seqüência, uma pergunta óbvia do Relator, Senador Amir Lando: *“Qual era o nome do motorista?”*. E, de pronto, a senhora afirmou: *“Era o Fernando”*. A senhora confirma essas declarações que fez ao Senador Amir Lando?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Sim, senhor. Sim, senhor.



O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - A senhora realmente ouvia que se pagava de 10% a 20% a Parlamentares?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Sim, comentários no escritório.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Perfeito. Uma outra observação feita pela senhora no mesmo dia ao Relator Amir Lando: *“Do Ronildo me ligar, dizendo da forma como o Ministério da Saúde — isso na época em que eu trabalhava para eles —, que, da forma como estava sendo aprovado, não dava para eles venderem, porque tinham de tirar para os Deputados de 10 a 20”* — imagino, por cento —. *“Se tem ligação disso, por que não gravaram?”*. A senhora, nesse momento, se referia a casos de superfaturamento das ambulâncias?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Ele insistia para que os Anexos 9 no Ministério fossem aprovados com os valores que eles colocavam nessa conversa aí. E que, na verdade, o Ministério tem um banco de preço, que só aprova com preço de mercado.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Isso significa que os tais projetos que eram preparados pela PLANAM e entregues aos Deputados ou aos municípios — o mais óbvio seriam os municípios —, para que, com base nesses projetos, eles se credenciassem a ter os recursos das emendas liberados, eram em valores maiores do que a tabela do Ministério?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não, senhor. Tem, assim, 2 momentos, porque, por exemplo, eles... No projeto elaborado, eles poderiam colocar — vou citar um exemplo aqui — 150 mil reais para 1 unidade móvel de saúde. Só que isso vai para uma análise técnica, e o Ministério não aprova. Ele só aprova dentro daquele preço de mercado que ele tem. Então, esse documento, chamado Anexo 9, tem de ser refeito, adequados os valores, assinado pelo Prefeito, e volta para reanálise. Então, assim, do ponto de vista de aprovação do Ministério, nunca saiu projeto aprovado com preços maiores. O que acontecia no caso aí de ter superfaturamento é uma coisa da execução do convênio, depois, lá na hora de executar.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Qual era o momento em que a PLANAM oferecia esse projeto aos municípios ou aos Deputados?



A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Olha, Deputado, o que eu tenho conhecimento é que eles faziam visitas para elaborar projeto das emendas dos Deputados na época em que se começava a construir a questão do Orçamento.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Sim, mas aí é que há um fato importante e que a senhora pode esclarecer. Se esse projeto era preparado e entregue ao Deputado — ao Deputado — antes da apresentação da emenda, esse projeto, vindo com 150 mil, o Deputado vai apresentar uma emenda de 150 mil. Aí se justificaria até que, na relação de que dispõe a senhora, constasse o nome de Deputados. Uma outra coisa diferente é: a emenda já apresentada pelo Deputado, na qual consta uma ambulância para um município, a partir daí, quando recebe o sinal verde do Ministério, o município é obrigado a preparar e apresentar, protocolar, para aprovação, um projeto para retirar o dinheiro daquela emenda que já havia anteriormente sido apresentada pelo Deputado.

Em qual dos 2 momentos a PLANAM apresentava, ou submetia, ou entregava como uma gentileza aos Deputados os projetos que ela elaborava?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Veja bem, Deputado, eles entravam em contato com os Parlamentares antes...

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Antes da apresentação das emendas?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Antes da apresentação, para saber se eles iam fazer, se eles iam elaborar esse projetos parlamentares. Existiam os contatos antes. Não sei se era com todos, mas existia. Uma vez colocada a emenda... porque é na época que se tem de definir se é de investimento, se é equipamento, se é unidade móvel. Depois que isso é feito, porque, aí, o Ministério vai abrir o sistema dele para que esses projetos possam ser apresentados depois da aprovação da questão do Orçamento.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Claro.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Então, aí é que se dá toda a fase da proposta, do pré-projeto que o município elabora no sistema. Depois que é aprovado, o Parlamentar entra no sistema para indicar aqueles municípios. Com relação aos valores, inclusive tinha alguns projetos que eram para unidade móvel em que teve de ficar “unidades móveis”, porque não tinha como aprovar 1 unidade



móvel só naquele valor. Então, passaram a ser 2, porque o valor colocado na emenda já estava aprovado, não podia mexer, mas a área técnica também não aprovava por aquele valor e, aí, o município tinha de optar por adquirir 2 unidades móveis. E aí, até o texto do convênio tinha de ser alterado, porque em vez de uma, passavam a ser “unidades móveis”. Então, esse contato eles faziam anteriormente. Agora, depois, a execução, depois que é aprovado com os valores, aí já é uma parte lá do município, que o escritório em Brasília, a gente não acompanhava essa parte aí.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - A minha pergunta se baseia...

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não sei se eu respondi.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Não o que eu desejo, pelo seguinte: a senhora havia afirmado que tinha uma relação de Deputados que recebiam propina. Hoje, pelo que eu estou ouvindo, a senhora afirma que a relação que apresentara era uma relação de Deputados que haviam recebido uma oferta de um projeto, ou seja, é uma relação de Deputados que não receberam propina, mas que receberam uma proposta, um projeto elaborado pela PLANAM, para, com base nesse projeto, apresentar emendas ou, com base nesses projetos, retirar o dinheiro das emendas apresentadas.

Eu acho que há uma incoerência nessa afirmação. Acho que a afirmação que a senhora tinha feito anteriormente, de que eram Deputados que receberam propina, tem mais lógica do que a apresentação de hoje, porque a senhora me diz o seguinte: que são Deputados que receberam o projeto da PLANAM. Ora, se a PLANAM faz um projeto para um Deputado, ela não vai fazer um projeto com valores que não sejam condizentes com a tabela do Ministério da Saúde, é óbvio, senão ela vai perder o trabalho dela. Ela já vai fazer o projeto com os valores. Ela já vai fazer o projeto com os valores exatamente encaixados nos limites máximos previstos na tabela do Ministério da Saúde. E o que a senhora está dizendo aqui é que o Ronildo estava reclamando que as ambulâncias estariam sendo liberadas num valor em que não poderiam ser vendidas, porque era um valor do qual ainda se teria que tirar os 10% a 20%. Como eram elaborados esses projetos? Esses projetos, na sua planilha de custo, já incluíam os 10% a 20%?



A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não, Sr. Deputado, é porque tecnicamente é complicado mesmo de se entender. Porque o projeto só é confeccionado, a PLANAM só fazia o projeto com a emenda do Parlamentar depois que eles já tinham conversado com o Parlamentar, já tinham pedido para o Parlamentar incluir na emenda o valor daquela emenda, se era para equipamento, se era para unidade móvel. Passou essa fase. Depois, o Ministério da Saúde abre o sistema, os Municípios cadastram seus pré-projetos. A partir daí, como o Parlamentar já indicou, já foi feito aquele valor para aquele Município, ele também indica no sistema, no módulo Parlamentar, que aquele Município vai ser contemplado com o valor de tanto. Só que o pessoal da PLANAM já estava sabendo disso. Então, depois que tudo isso é feito, que o pré-projeto no sistema aparece como aprovado, porque as emendas, por serem leis, têm prioridade no Ministério, é que começa todo o trâmite de análise desse projeto. Então, nessa análise, se tiver sido contemplada uma emenda de 150 mil para unidade móvel de suporte básico, o Ministério da Saúde não vai aprovar. Por quê? Porque não está coerente com os valores que eles têm no banco de preços. Então, nesse momento, o que acontece? A emenda não pode ser para outra função, tipo equipamento, porque ela está especificada lá: *“Aquisição de equipamento, material permanente — unidade móvel”*. Então, ela é uma emenda específica para unidade móvel. Então, a única opção que resta é que sejam feitas duas ao invés de uma. E isso aconteceu com o Município do Maranhão. Era uma emenda de 132 mil. O Município, dentro do critério técnico, dependendo do número de habitante que ele tem, não pode ter uma unidade móvel, uma UTI, ou uma avançada, ele só pode ter a básica. E o valor da unidade, a emenda era maior do que aquilo que estava... que podia. Então, foram feitas duas.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Duas ambulâncias comuns, sem UTI?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Isso. Porque é aquele valor, porque a emenda já estava aprovada.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Não dá para entender como isso funciona, porque, se já há um entendimento prévio do Deputado com a PLANAM — o que pressupõe um entendimento completo não só na apresentação do projeto, mas na partilha dos recursos da emenda, evidentemente



—, se há um entendimento prévio, por que a PLANAM iria fazer uma proposta, ou iria induzir o Deputado a apresentar uma proposta acima dos valores máximos dessa tabela do Ministério da Saúde para depois ter trabalho dobrado e correr o risco de perder?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Sim, senhor. E algumas vezes isso acontecia, sim. Era a pressão que quem trabalhava no escritório recebia, porque os pareceres técnicos do Ministério não aprovavam esses valores. Então, você tinha que adequar o plano de trabalho. Então, um projeto desse gerava 4, 5 pareceres. Toda vez que ia com o mesmo valor, o pessoal fazia voltar. Foi o que aconteceu com esses valores. Não foi especificamente unidade móvel nessa conversa do Sr. Ronildo, porque era equipamento, mas com relação aos equipamentos também. E aí eles iam tentando forçar que fosse respondendo os pareceres técnicos para ver se, “tipo”, cansava, e aprovava aquele valor. Só que nunca aprovou. Uma dessas pressões que eles faziam — no caso, na época, eu era responsável pelo escritório — foi quando ele reclamou: *“Não dá para a gente ganhar desse jeito, porque os valores estão sendo aprovados são muito baixos”*. E aí é quando ele cita as despesas que eles tinham.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - No momento em que houve essa conversa com o Sr. Ronildo, a senhora trabalhava no Ministério da Saúde e o Sr. Ronildo, na PLANAM?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não, eu trabalhava na PLANAM.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Na PLANAM. E o Sr. Ronildo, no Ministério?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Ele é um dos donos... Não, ele é sócio do pessoal da PLANAM.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Ah!

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Eu não sei se, formalmente, essa sociedade era formalizada, mas eles trabalhavam em conjunto: o Sr. Ronildo vendia equipamento; e a PLANAM, unidade móvel.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Ou seja, o Sr. Ronildo, que é uma pessoa da PLANAM, afirmou categoricamente para a senhora que dava de 10% a 20% para os Deputados?



A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Falou, em conversa por telefone.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Suficiente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Deputado Herculano Anghinetti.

O SR. DEPUTADO HERCULANO ANGHINETTI - Sra. Maria da Penha, parte dos meus questionamentos já foram esclarecidos, gostaria só de completar. Nós iremos resumi-los em 3 perguntas. Primeira, no período em que a senhora esteve à frente da coordenação das atividades da PLANAM, em Brasília, a senhora teve contato ou chegou a conhecer a Deputada Edna Macedo?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO HERCULANO ANGHINETTI - Algum preposto dela?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não.

O SR. DEPUTADO HERCULANO ANGHINETTI - E do Deputado Marcondes Gadelha?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Também não.

O SR. DEPUTADO HERCULANO ANGHINETTI - Algum preposto?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não.

O SR. DEPUTADO HERCULANO ANGHINETTI - O que muito nos estranha, Sr. Presidente — e V.Exa. é sabedor disso —, é que quando apresentamos emendas ao Orçamento, a própria Consultoria Legislativa e a Assessoria da Comissão de Orçamento já vão nos encaminhando a sugestão de preços médios, não só de unidades básicas de saúde, como de quilômetro para asfaltamento ou metro quadrado para pavimentação. Tudo isso serve de base para que o Parlamentar tenha como quantificar as suas ações dentro da lei orçamentária. Estranha-me muito — eu, particularmente, já tenho um juízo de valor formado sobre esse comportamento —, porque, nesses 12 anos em que estou aqui nesta Casa, jamais fui procurado por qualquer empresa para fornecer qualquer coisa para os municípios que eu tenho a responsabilidade de representar no Congresso Nacional. Já vi, sim, prestadores de serviço e fornecedores de bens de serviços procurarem esses municípios, após a aprovação da lei orçamentária, informando a eles que eles terão direito a essa ou àquela ação e se propondo a elaborar e encaminhar juntos.



Eu não consigo entender — tenho uma limitação intelectual muito grande para entender — onde está o presente da PLANAM em oferecer para o Parlamentar um projeto. Isso, para mim, é igual meia gravidez. Porque vejo que essa é uma ação que tem que ser dedicada exclusivamente ao beneficiário final, a exemplo do que vários Parlamentares que aqui estão, a começar pelo Deputado Eduardo Valverde, já citaram no início de suas explanações, que essa ação deveria ser abordada junto ao município beneficiário daqueles recursos. Então, quero crer que o meu juízo de valor já está formado sobre essa questão, precisava só dessas últimas informações que a D. Maria da Penha já nos passou. Agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Obrigado, Deputado.

Com a palavra a nobre Deputada Ann Pontes.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Obrigada, Sr. Presidente. Sra. Maria da Penha Lino, a senhora tem conhecimento se era possível incluir, lá no Ministério da Saúde, um município para receber ambulância, mesmo não sendo indicado pelo Deputado?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Que não tenha sido indicado? Não, não sei de cor, Deputada.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Na defesa aqui feita pela Deputada Celcita, ela informa o seguinte: que teria indicado os municípios de Marcelândia e Confresa — não sei se é esta a pronúncia —, e esses 2 municípios indicados pela Deputada não foram contemplados porque deixaram de apresentar o projeto em tempo hábil. E Nova Marilândia, não sabe por que e nem por quem, fora incluída em sua emenda, à revelia do seu conhecimento e consentimento. Daí a pergunta: a senhora tinha conhecimento de que lá no Ministério da Saúde havia a troca, ainda que o Deputado indicasse um determinado município, mas outro recebia no lugar daqueles que não apresentaram projeto em tempo hábil?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não, senhora. O que eu sei do Ministério é que, quando há incompatibilidade ou qualquer situação em que o município não esteja habilitado, que tenha algum problema que não possa ser feito, o Parlamentar tem um prazo para alterar aquele município.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Se o Parlamentar não indicar, não cabe...



A SRA. MARIA DA PENHA LINO - O Ministério não troca não.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Não troca?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não. A alteração ou mudança da indicação do Parlamentar só pode ser feita por ele mesmo. Dentro do Ministério da Saúde, eu jamais vi isso acontecer.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Está certo. Já me encaminhando para os 2 últimos questionamentos, de forma bem clara e objetiva: a senhora tem conhecimento da participação da Deputada Celcita Pinheiro no esquema de compras de ambulâncias superfaturadas?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não, senhora.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Não. A terceira e última pergunta: a senhora confirma a matéria divulgada em 13 de agosto de 2006, no endereço eletrônico www.averdadedosfatos.com.br: *“Apesar de não revelar os nomes, Penha citou nomes de Parlamentares que seriam inocentes e sem qualquer envolvimento com a quadrilha: Thelma de Oliveira, Teté Bezerra e Celcita Pinheiro”*. V.Sa. confirma essa afirmação?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Esses Parlamentares, no período em que eu fiquei na PLANAM, não foram feitas emendas deles. Então, não é com relação à propina, é com relação a projetos.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Então, com relação a projetos?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - É.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Que não teriam sido feitos com a PLANAM.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Isso. Não tinha sido elaborado projeto para esses Parlamentares no período.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Não tinham sido feitos pela PLANAM?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Isso.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - É nesse aspecto?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - É nesse aspecto.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Certo.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Então, não podia dizer. Se não tinha nem projeto deles, como é que eu ia dizer que...



A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Então, a senhora reafirma isso: que, no caso da Deputada Celcita, as emendas dela não foram trabalhadas pela PLANAM?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - No período de 2004, não foi feito projeto. Pelo escritório de Brasília não foi feito projeto nem para a Deputada Celcita, nem para Deputada Thelma de Oliveira, nem para Teté.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o nobre Deputado José Eduardo Cardozo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Meus cumprimentos primeiro à depoente. Eu, infelizmente, não pude estar aqui desde o início por problemas de transporte aéreo. Se eu for repetitivo, peço desculpas à senhora e ao senhor, mas fiquei um pouco confuso com o que ouvi no seu depoimento, confrontando com alguns trechos de depoimentos que V.Sa. deu às autoridades policiais e, depois, em outros momentos. Por favor, a senhora poderia precisar exatamente o que fazia na PLANAM? Detalhadamente, qual era a sua função? O que a senhora fazia?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Eu respondia parecer técnico, eu cuidava do escritório no sentido de pagar conta, pagar funcionário. Procurei escritório de contabilidade para fazer abertura de firma da PLANAM aqui, porque não pôde ser filial.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - A senhora gerenciava a PLANAM?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Gerenciava no aspecto técnico.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - O que vem a ser o aspecto técnico?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Aspecto técnico porque eu não tinha poder de decisão sobre recursos financeiros, sobre pagamento de ninguém, sobre mandar fazer...

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Isso quem tinha eram os donos da empresa?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Eram os donos da empresa.



O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Mas a senhora tinha informações?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Eu tinha informações para fazer a elaboração dos projetos das emendas que eles tinham acordado com Parlamentares que eles iriam fazer os projetos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - A senhora controlava as contas bancárias na empresa?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Quem controlava?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Eles.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Eles. A senhora não tinha acesso ao fluxo financeiro?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Mas fazia pagamentos?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Mas esse dinheiro com que eu fazia pagamento vinha para a minha conta.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Ah! Então, eles davam dinheiro, depositavam na sua conta...

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Depositavam na minha conta os valores para eu pagar o escritório.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Por quê? Eu não conheço uma empresa que funcione assim, normalmente a empresa paga.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Porque era muito desorganizado mesmo, Deputado. E eu... vou ser sincera para o senhor...

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Quer dizer, eles preferiam pagar a CPMF... É curioso, porque a empresa normalmente paga, não é, diretamente.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Porque eles tentaram abrir firma aqui, abrir conta bancária, ou transferir de lá para cá, só que tinha que abrir a firma. Inclusive, teve fiscalização da Fazenda lá no escritório, porque o escritório estava funcionando sem estar com empresa constituída.



O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Ah! Então, era um escritório clandestino?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Era um escritório que começou a funcionar, que foi procurado contador para abrir a firma e só poderia ter a conta bancária do escritório aqui, para fazer essa transação de pagamentos do escritório, a partir do momento que tivesse um CGC. Então, inclusive, eu procurei contador para iniciar todo o processo na Junta.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Mas a PLANAM não poderia ter conta aqui estando lá? Qual o problema?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Filial não podia. Da empresa, não podia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Por quê?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Porque aqui já tinha um nome inscrito como PLANAM. Então, não podia ser filial. Depois eles abriram...

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Perdão, agora eu... Cada vez eu me confundo mais um pouquinho. Como é o nome da empresa lá?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - PLANAM.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - PLANAM. Certo? Por que a PLANAM não tinha conta aqui?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Depois eles abriram uma conta no Banco Itaú.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Depois quando?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Eu não sei, porque não ficou o tempo todo passando esses valores na minha conta para eu fazer pagamento do escritório.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Quando foi que parou de depositar na sua conta?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Eu não me lembro, Deputado. Mas foram, foram... Eu tenho as prestações de contas que eu fazia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Por que eles não abriam... A senhora é uma mulher experiente, foi secretária, sabe gerenciar as coisas.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Sim, infelizmente confiei demais, né?



O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Eu acho muito estranho uma empresa depositar dinheiro na conta de um funcionário para ele pagar coisas. A senhora me desculpe, mas isso não existe. Nem nos clandestinos se faz isso, até porque ele está optando por pagar duplamente a CPMF. Em geral, os empresários não gostam de perder dinheiro. O que me leva a crer que esse depósito na sua conta tinha uma outra razão de ser. Não eram comissões?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não, senhor. Comissões de quê?

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - De vendas que a senhora fizesse.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Mas eu nunca vendi nada.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - A senhora nunca vendeu nada? Esses cheques a senhora emitia para quem?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não é cheque, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Só sacava em dinheiro?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Veja bem, eles depositavam. Eu fazia uma relação das despesas mensais, enviava para eles no período, e eles depositavam 7, depositavam 3, até chegar... É tanto que às vezes nem sempre coincidia, passava de um mês para o outro.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - E a senhora fazia esse pagamento em cheque para as pessoas?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não, senhor. Fazia em dinheiro, com recibo. Pagava, por exemplo, o condomínio à Paulo Octávio, que era pago com certificado, né, com coisa do banco; EMBRATEL, telefone, Nextel, recibo do pessoal que trabalhava, posto de gasolina...

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Por que era em dinheiro, hein?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Hein?

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Por que a senhora não pagava em cheque? Por que a senhora sacava e pagava em dinheiro?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Eu nunca me fiz essa pergunta. Uma, porque eu tinha que tirar o dinheiro, porque ele não era meu. Quando eles mandavam o dinheiro...



O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Mas, perdão...

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Quando eles mandavam o dinheiro, já estava vencido...

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Veja: não é muito mais difícil e perigoso a senhora pagar uma conta indo a banco, sacando o dinheiro para pagar? Por que não pagava com cheque seu? Não é mais simples?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Olha, Deputado, pode até ser, mas...

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Era uma decisão sua pagar em dinheiro?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Porque a minha conta do HSBC era uma conta de Cuiabá, ela não era daqui. Então, eu tirava o dinheiro com cartão.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Agora complicou mais ainda, Presidente, porque o que eu tinha entendido é que depositavam na sua conta daqui para a senhora fazer o pagamento aqui, porque eles não tinham conta aqui. Mas a sua conta também era de lá! Que fantástico!

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - É, mas eu tinha a conta...

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Então, eles depositavam lá, para a senhora pegar o dinheiro lá e pagar aqui?

A SRA. YANÁ CERQUEIRA - Excelência, eu acho que — pela ordem, né — o senhor está tumultuando o que ela...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pela ordem, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Doutora, com a devida vênia, eu acredito que a doutora tem toda razão e pode fazer uso da palavra para eventualmente criar objeções a arguições que eu faça fora do assunto. Questões, doutora, não tumultuam; questões, doutora, esclarecem. Se eu estivesse perguntando para ela sobre questões que estão fora do objeto, V.Exa. poderia intervir, mas nesse caso V.Exa. extrapola. Presidente, eu continuo a arguição. Por que a senhora transportava o dinheiro de lá para cá?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Eu não transportava dinheiro, Excelência, eu ia no HSBC aqui da 703, tirava com cartão e pagava, porque se as despesas do escritório da PLANAM ficavam em 17 mil mensais, não entravam 17 mil no mês. O senhor está me entendendo? Eles depositavam 3, eu tirava os 3 e pagava as contas



que já estavam vencidas. Aí depois eles depositavam mais 5, eu tirava os 5 e pagava aquelas outras contas. Eles eram desorganizados. Agora, o senhor tem toda razão. A idiotice e a falta de maldade era minha. E eu estou nesse processo muito mais pela questão de acreditar e confiar do que qualquer uma outra coisa ou por maldade. Era questão de não ter maldade.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Mas a senhora tinha ouvido que havia propina, não tinha?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Sim, mas eu tenho como comprovar que esse dinheiro que entrou na minha conta foi para pagar. Existe a prestação de conta, existe a nota, existe o recibo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Não estou... A senhora tinha ouvido de quem que havia propina?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - É o que eu já disse aí...

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Do Sr. Rodrigo?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Foi do Fernando, nas conversas. Porque essa desorganização levava a quê? Levava a que ninguém recebesse em dia na PLANAM. E nessa revolta — porque os funcionários eram 3 pessoas, mais ou menos, que trabalhavam lá, 4 comigo —, falava-se: *“Eles não têm dinheiro para pagar a gente, mas têm dinheiro para dar para Deputado, pagar propina para Deputado”*.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Quem falava isso? O motorista?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - O motorista disse isso — e está no depoimento.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - E aí a senhora checkou com os donos da empresa se isso era verdade?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Eu não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Por quê?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Porque não. Era uma coisa que eu não tinha nada a ver com isso, Deputado.



O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Se a senhora gerencia uma empresa que paga propina para Deputado, a senhora não está sendo, ao saber dessa notícia, conivente de alguma maneira?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - O meu trabalho era técnico, eu não tinha...

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - A senhora considera um trabalho técnico pagar funcionários dessa maneira?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Sim. Pagava funcionários porque eu coordenava o escritório.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - A senhora coordenava um escritório que é acusado... ou cujo proprietário fala que pagava propina para Deputados. A senhora acha que não era seu papel se inteirar dessa situação, até para que não pudesse...

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Deputado, quando eu fui tendo conhecimento disso, ocorreu logo depois de eu ter uma discussão com eles e sair. Porque, até então, os donos da PLANAM e a PLANAM eram pessoas e empresa idôneas.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Até então eram idôneos?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Até então.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - A senhora nunca...

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - A partir do momento em que a pressão para apresentar os projetos... porque algumas vezes eu ligava para um município ou para uma entidade para saber qual era a necessidade deles, se aquele equipamento que estava lá não podia ser trocado. Porque existe todo um fator técnico. Por exemplo: você não pode colocar equipamento de alta complexidade em município com menos de "x" habitantes. Mas eles queriam que isso acontecesse. Essa pressão começou a aumentar e gerar muita discussão. Foi quando eles começaram a abrir esse tipo de situação, mas não dava para aprovar dessa forma como tem nessa ligação aí. Uma vez o Sr. Darci disse para mim: *"Você não tem que ligar para ninguém, porque a emenda é nossa, nós compramos a emenda"*.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Quem falou?



A SRA. MARIA DA PENHA LINO - O Darci falou isso comigo dentro do escritório.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Quando foi que ele falou isso?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Olhe, exatamente eu não...

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Aproximadamente.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Foi um tempo antes, uns 2 meses antes de eu sair de lá.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - A senhora sabia que o Anexo 9 era substituído no Ministério da Saúde por uma funcionária por valores superfaturados?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Fui eu que denunciei isso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - A senhora denunciou. Então, existiram casos que saíram do Ministério da Saúde com valores superfaturados?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não, isso aconteceu, eu tenho para mim, por pouco tempo. Porque quando isso começou a acontecer eu não estava mais trabalhando na PLANAM. Mas devido ao meu envolvimento e conhecimento na Saúde, as pessoas me alertaram.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - A senhora tinha conhecimento na Saúde?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Deputado, devido ao meu conhecimento na Saúde.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - A senhora tinha conhecimentos na Saúde?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Sim, eu estou dizendo...

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Quem a senhora conhecia lá?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Envolvimento, Sr. Deputado, da minha militância no SUS. Sou uma pessoa conhecida no Ministério da Saúde.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Quem a avisou que havia esse esquema no Ministério da Saúde?



A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Qual esquema?

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Da substituição do Anexo 9?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Ah! Sim. O que aconteceu. A pessoa que me disse falou que eu tomasse cuidado...

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Quem era?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Foi o próprio Fernando. Falou que eu tomasse cuidado...

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Fernando?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - O menino que era motorista.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Mas ele é do Ministério da Saúde? A senhora acabou de falar que soube por gente do Ministério da Saúde.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Deixa eu completar.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Pois não.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - A pessoa ficou preocupada porque, pelo meu conhecimento, por eu ser uma pessoa conhecida e já ter trabalhado na PLANAM e ter saído, sabia que, se uma coisa dessas fosse descoberta, poderiam achar que eu estivesse envolvida. Então, me alertou: *“Olha, está acontecendo isso, isso e isso. Então, a senhora tome cuidado ou, se quiser passar para eles verificarem...”*

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - A senhora está dizendo, então, que quem lhe falou da substituição do Anexo 9 foi o motorista?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Foi.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - O motorista?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - É, porque ele entregava o outro anexo para a moça. Agora, quem fez o contato com essa funcionária do Ministério eu não sei.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Quer dizer, o motorista sabia que a D. Lana fazia a substituição do Anexo 9?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Porque eles pediam para ele entregar aquele documento para ela.



O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - E aí a D. Lana fala: *“Olha, eu vou substituir o Anexo 9 por um superfaturado...”*. E fala isso para o motorista!?... Ele conhecia bastante o ...

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Deputado, por favor... Ajude a minha cabeça também, porque ela não está boa... *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Quero ajudar, mas quero entender. Cada vez estou mais confuso, porque não consigo imaginar um motorista que tenha esse...

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Veja bem, Deputado, o motorista fazia vários trabalhos de pagamento, levava o Sr. Darci para a Câmara, buscava em aeroporto, certo? E incumbiram ele, depois que eles fizeram contato — e eu não sei quem fez o contato com essa pessoa no Ministério —, de, em um envelope, entregar para essa moça lá, certo?

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Certo.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Um dia eu encontrei com ele, e ele falou assim: *“Dona Penha, acho que tá acontecendo um negócio que eu vou dizer pra senhora tomar cuidado, porque, de repente, como a senhora trabalhou na PLANAM, podem achar que a senhora está envolvida nisso.” “O que que foi Fernando?” “É que eu tenho levado... já levei uns dois anexos 9 para pessoa tal lá, que ela vai substituir o que eles estão mandando por um que tá... por um que tá aprovado.”*

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Como é que ele soube disso?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Deputado, os donos da PLANAM entregaram para ele o documento para ele entregar lá!

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - O motorista recebe um documento num envelope e entrega para alguém; daí ele sabe que aquilo é uma planilha anexo 9, substituída por uma outra, com valores superfaturados. Parece que....

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Deputado, quando a menina tirava do processo esse documento, ela devolvia para ele. O senhor concorda? *“Esse aqui é o que vai ser substituído.”*



O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Então, o motorista, considerando a diferença das planilhas, examinou os números e percebeu, então, que havia uma jogada. Seria isso D. Maria da Penha?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Sim. Ele ficou preocupado, porque estava saindo alguma coisa de documentação de dentro de um órgão que ele tinha entregue depois que tinha sido aprovado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Motorista arguto. Agora, há pouco a senhora falou na sua resposta que a senhora soube disso por fontes do Ministério da Saúde, pelo seu envolvimento com pessoas da Saúde...

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não, Deputado. Não, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - A senhora falou isso pessoalmente.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Espere aí, Deputado, porque já tem muita confusão nessa coisa que eu disse, pelo que não sei o que....

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Tem. Vamos.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Vamos esclarecer, por favor. Eu disse que o rapaz, quando me contou isso, é que ele ficou preocupado. Porque eu sempre fui uma pessoa conhecida dentro do Ministério; tinha trabalhado na PLANAM. Uma coisa dessas descoberta, as pessoas iam achar que eu estava envolvida. Foi por isso que ele me contou. O senhor me entendeu?

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - É. Está um pouquinho diferente do que a senhora disse agora há pouco. Agora há pouco a senhora disse...

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Deputado, por favor, por favor..

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Não. É que a senhora deve estar corrigindo a sua declaração.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Ele... Ele, preocupado que pudesse ser confundido como se eu tivesse fazendo isso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - O motorista, quando recebeu para devolver para o Sr. Vedoin a planilha, que ia ser retirada do processo e deu uma substituição, ele percebeu que se tratava do mesmo caso; verificou que era uma situação de superfaturamento, confirmando as rubricas; diagnosticou o problema, percebeu e informou a senhora.



A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não. Não é nem de superfaturamento, Deputado. Veja bem, essa palavra “superfaturamento” ela só vai se dar na execução que ocorrer lá na ponta.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Perdão?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - O que eu posso dizer é que se ele pega os valores de, vamos supor, um raio x de 500 mil ampères que, no documento que ele está levando ele está 89 mil, e no que a pessoa entregou para ele de volta, que estava aprovado, estava 50... Valores diferentes.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Portanto, a senhora está reconhecendo que o superfaturamento não se dava só na execução, se dava aí; no momento em que alguém do Ministério da Saúde, a D. Lana, substituía por uma planilha superfaturada. Ou seja, a senhora mesma agora reconhece que o superfaturamento não se dava apenas na execução; o superfaturamento se dava por uma substituição indevida de planilhas, não é isso?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Deputado, isso aconteceu umas 3 vezes, pelo que eu tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Mas aconteceu.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - E a partir do momento em que eu fiquei sabendo, eu procurei o pessoal e avisei: “*olha, vocês tomam cuidado que...*”

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Quem a senhora procurou para saber o número de vezes?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - O coordenador da área lá.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Quem era?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - O João.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - O João lhe falou que aconteceu 3 vezes? Quem lhe falou que aconteceu 3 vezes?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Deputado, o senhor confunde as coisas, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Só estou querendo saber, eu quero esclarecer.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Eu estou dizendo para o senhor que, pelo que eu sei, isso aconteceu umas 3 vezes, desse rapaz entregar isso lá.



O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Quem lhe falou que aconteceu 3 vezes?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - O motorista. Não era ele que levava para a moça? Ele entregou isso umas 3 vezes. Quando ele me contou...

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - E o João. Quem é o João?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - ...quando ele me contou, Deputado, eu procurei o coordenador da área, João Elias, e comentei com ele o que estava acontecendo para ele tomar as providências.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - E ele confirmou que isso tinha acontecido 3 vezes.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não. Ele não confirmou. Como ele vai saber? Nem eu sei que processo que era, Deputado. Por favor.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Foi o motorista então que fez isso; que lhe informou que foram 3 vezes?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Que ele tinha entregue esse tipo de documento para a moça, Deputado. Aí o Ministério mudou.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Evidentemente, não me cabe a mim prejudicar, mas está difícil...

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - O Ministério mudou... mudou... O Ministério mudou a forma de dar aprovação dos projetos, porque até então os pareceres saíam... só parecer conclusivo, e passou a assinar os pareceres e com o carimbo da área técnica do profissional que aprovou o Anexo 9.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Por que a senhora fez um *backup* dos computadores da PLANAM?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Eu saí, de lá, eles ficavam me devendo; eu saí brigada com eles; eu queria receber o resto das coisas... Que eu não sabia quando. Então, era uma forma de eu provar que o dinheiro que entrou na minha conta eu paguei despesa da própria entidade. Era uma proteção para mim.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Isso a senhora poderia provar pelos recibos que a senhora tinha.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - É, Deputado. Porém,...



O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Eu presumo que as...

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - ... as prestações de contas que eu fazia, as conciliações bancárias, estão nesse computador. Porque a pasta que está lá com o material, o senhor acredita que, se perguntar pros Vedoin hoje se eles trariam essa documentação pra dizer que eu paguei, eu não acredito, porque depois de tudo o que foram capazes de fazer neste País, eu não sei se fariam isso, não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Evidentemente que a senhora é inocente até prova em contrário, mas nós temos de conjecturar e pedir suas respostas às conjecturas que possamos fazer.

A impressão é de que a senhora tirou um *backup* desse computador da empresa justamente porque sabia de todo o conjunto de irregularidades que existiam na PLANAM. Porque era impossível a senhora não saber; era impossível a senhora não conhecer. A senhora tirou esse *backup* da empresa justamente para usar contra eles, dizendo o seguinte: "*Me paguem ou eu denuncio*".

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - *(Risos)* Deputado, isso é...

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Estou errado?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Daqui a pouco o senhor vai achar que eu tenho um dossiê. *(Risos.)* Por favor!

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Agora, dossiê, atualmente, não é uma coisa boa de se ter.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Pois é. Por favor!

(Risos.)

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Dossiê, atualmente, só dá problema.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não. Eu vou dizer para o senhor, por favor. O senhor não...

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Especialmente no meu Estado, não é, Presidente?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Por favor, o senhor não pense isso a meu respeito porque eu seria incapaz...

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Não deve... incapaz de fazer isso?



A SRA. MARIA DA PENHA LINO - ... de fazer uma coisa dessa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Vou concluir. Perguntas finais.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Agora, graças a Deus que eu pedi ao rapaz, que não ficou nem comigo, para copiar, porque é uma forma que eu tenho hoje de provar o que estou dizendo para os senhores aqui com relação à prestação de contas que eu fazia, do dinheiro que entrou na minha conta, dos projetos que eu elaborei...

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Deputado Iris Simões. A senhora conhece?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não. Iris?

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Iris Simões.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Iris Simões?

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Do PTB do Paraná. Conhece?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não. Eu já conversei com um assessor...

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Nome.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não me lembro do nome. Eu não consigo me lembrar. É Rogério? Eu não sei. Não lembro, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Lembra o assunto que a senhora conversou?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não. Era sobre... pendência de projeto.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - João Caldas. A senhora conversou com ele alguma vez?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Nem com assessores?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - O Deputado João Caldas é de onde?

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Do PL de Alagoas.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não. Conheço, não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Não conversou.

Deputado Ricarte de Freitas, do PTB de Mato Grosso?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Conheço.



O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Conhece? E como? Quando conheceu? Quando falou com ele?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - É do meu Estado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Conversou com ele sobre a questão dos projetos...

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não. Assim, cumprimentava e tal. Algumas coisas que eu vi do Deputado Ricarte foram levadas pelo próprio Luiz Antônio.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Falava com ele pelo telefone? Com o Deputado Ricarte de Freitas?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não, eu conversei com uma assessora, e eu não lembro o nome. Foi quando... com relação à questão dos valores de unidades móveis.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Valores?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - É.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Como?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Para se colocar em emenda. Ela ligou pra mim pra saber quais eram os valores, mais ou menos, que o Ministério aprovava das unidades móveis.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Quais os valores que ele aprovava ou quais os valores que a PLANAM sugeria?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não, ela perguntou pra mim quais eram os valores, porque eu acho que o que ela tinha lá eram os valores sugeridos, e ela queria confirmar. Eu disse: Olha, se vocês colocarem em uma emenda uma unidade móvel por 132 mil, vocês vão ter problema pra aprovar esse projeto depois, porque o Ministério não aprova.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Embora não satisfeito, Presidente, eu sei que o meu tempo acabou.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Deputado, desculpa, mas eu estou tentando fazer o possível pra responder.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Eu agradeço à senhora.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Pela ordem, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pois não. Pela ordem.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Antes de V.Exa. encerrar os trabalhos, eu tenho um requerimento que já está entregue à Mesa e um outro que está chegando, solicitando o envio, pela Polícia Federal, da cópia da fita, ou das fitas, do depoimento prestado pela Sra. Maria da Penha Lino...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pois não. Ao final, eu colocarei em votação.

Antes de ouvirmos os 4 advogados inscritos, eu gostaria de ouvir a advogada Yaná Cerqueira.

A SRA. YANÁ CERQUEIRA - Boa-tarde, Srs. Deputados. Boa-tarde, caros colegas.

Sra. Maria da Penha, eu gostaria de fazer duas perguntas só. Nesse primeiro depoimento que a senhora prestou à Polícia Federal lá em Cuiabá, perante o Ministério Público e perante o Dr. Tardelli, como estava o ânimo das pessoas naquela data? Elas entendiam como funcionava esse esquema da operação? Elas questionavam sobre o quê? Sobre os Deputados? Elas queriam nomes? Como era? Elas entendiam o que estava acontecendo?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Olha, eu acredito que não. Uma porque essa situação com relação a essa parte técnica, burocrática, de apresentação de projeto, de senhas, disso e daquilo, só quem tem hoje um envolvimento muito grande, conhecimento técnico, sabe entender. Segundo porque a insistência pra dizer nome foi grande: *“Sim. Não tem ninguém do PT?”* Ou: *“A PLANAM não fez nenhum projeto pra gente do PT?”* Eu falei assim: Olha, eu não trabalhei na PLANAM por questão política, partidária. Eu trabalhei tecnicamente. E os projetos apresentados, das emendas que foram feitas, estão num documento hoje, que pode ser comprovado isso. Agora, o entendimento com relação a toda essa parte da formação de projeto, com emenda... Tanto que o Ministério Público, na representação, ele disse que as emendas eram do Orçamento do Ministério da Saúde, e não é. As emendas são do Orçamento da União.

A SRA. YANÁ CERQUEIRA - A senhora acredita que, quando a senhora prestou esse depoimento, ficou muito confuso, na hora de redigir, na hora de transcrever? Pode ter acontecido isso?



A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Então: eu acho que é pertinente o que o Deputado colocou, do requerimento, de pedir, porque a confusão que se deu, eu acredito — e eu, mais uma vez, errei de não ter lido; confiei na Justiça e no rapaz que estava acompanhando lá, porque o advogado não estava —, que uma coisa é o que você fala, outra coisa é o que coloca no papel. E isso vem me dando inclusive essa situação de os Parlamentares, de pessoas dizerem que eu estou mentindo e que está tendo diferença, que está tendo divergência do depoimento. O primeiro depoimento que eu dei à Polícia Federal aqui em Brasília também foi sozinha. Não estava assistida por advogado nem nada. Isso estava simultâneo aqui e em Cuiabá. Eu também não sabia. Então, é complicado. Você não tem conhecimento. Pra quem está de fora. Mas pra quem passou por todo um processo desse, naquele momento, não é fácil conseguir conciliar ou achar que... Até então você confiava nas instâncias... como se diz? Da Justiça. Você não vai achar... Agora, depois que a coisa começou a estourar... Eu numa penitenciária, como se eu estivesse na televisão dando entrevista e saindo em jornal: porque eu falei, porque eu falei. E abandonada lá, porque não ia ninguém, nem pra dizer do que se estava tratando. Tem de ter alguma coisa de conflito nisso aí. Porque, tipo assim, me jogaram no olho do furacão, como se eu estivesse saindo denunciando... Como eu vou dizer que eu vi coisas que eu não vi, que eu não posso provar? Eu não posso provar. Eu trabalhei na empresa? Eu trabalhei. Elaborei projeto que era de Parlamentares? Sim. O que eu ouvia dentro da empresa eu citei tudo. Agora, dizer de Parlamentares que receberam isso ou aquilo eu não posso. Eu nunca vi.

A SRA. YANÁ CERQUEIRA - Obrigada, Excelência. Estou satisfeita.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Dr. Marcelo Luiz Ávila de Bessa.

O SR. MARCELO LUIZ ÁVILA DE BESSA - Eminente Presidente, Sra. Deputada, Srs. Deputados, eminentes colegas, Dra. Yaná, Sra. Maria da Penha, inicialmente, gostaria de fazer um registro.

Estive hoje pela manhã na Secretaria do Conselho. Somente hoje foi remetida... quer dizer, foi remetida ontem, mas somente hoje chegou ao meu escritório, intimação de que hoje haveria a oitiva da testemunha Maria da Penha. Em razão do número de processos em que advogo, que patrocino, há impossibilidade...



porque foram 3 horas antes apenas do início do depoimento. Entendo eu que houve manifesto prejuízo à defesa. Já foi feito requerimento nesse sentido. Estou apenas — e pela primeira vez estou podendo falar —, para que depois não se alegue preclusão, registrando e manifestando que houve prejuízo e que, eventualmente, a defesa pedirá nova oitiva da mesma testemunha, naqueles casos em que entender pertinente.

Feito esse registro inicial, Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sr. Presidente, perdoe-me.

Seria importante que V.Sa. anunciasse quais Deputados está representando.

O SR. MARCELO LUIZ ÁVILA DE BESSA - Sim. São os Processos nº 24, 27, 32, 37, 54, 61, 67, 73, 78, 79, 80, 85 e 86.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Se o doutor advogado pudesse dizer os nomes, seria mais fácil, para que nós pudéssemos, enquanto Relatores, identificar o número dos processos.

O SR. MARCELO LUIZ ÁVILA DE BESSA - É Edilberto Afonso de Moraes Júnior (Júnior Betão); José Maurício Rabelo; Paulo Fernando Feijó; Reinaldo Pereira Pinto; Reinaldo Gripp; Ricardo Feitosa Rique; Wanderval Lima dos Santos; Wellington Antonio Fagundes; Francisco Almeida Lima; Amauri Robledo Gasques; Carlos Frederico Theodoro Nader; Armando Alves Júnior; e João Lúcio Magalhães Bifano.

Feito esse registro inicial, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Antes de V.Sa. continuar, quero lembrar a todos que fizemos uma reunião pública, e todos os representados, sem exceção, foram avisados da oitiva da testemunha.

Então, de qualquer maneira, nós vamos continuar normalmente. V.Sa. tem o direito de reclamar ou de recorrer como quiser.

O SR. MARCELO LUIZ ÁVILA DE BESSA - Certo.

Sr. Presidente, feito isso, eu farei algumas questões genéricas. A primeira questão que faço a V.Exa.: vai permanecer o mesmo rito das anteriores?

Gostaria que fosse feita a pergunta à testemunha: se, quando do seu depoimento, no dia 8 de maio, à medida que ela ia respondendo, o delegado ia



reduzindo a termo essas declarações em voz alta e existia um escrivão fazendo registro desses termos?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não, senhor.

O SR. MARCELO LUIZ ÁVILA DE BESSA - Gostaria que fosse perguntado, então, à testemunha quem foi que digitou esse depoimento? Quem fez esse termo?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - O Delegado Tardelli Boaventura.

O SR. MARCELO LUIZ ÁVILA DE BESSA - Sr. Presidente, gostaria que perguntasse se foi ele, pessoalmente, quem fez esse termo.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Foi.

O SR. MARCELO LUIZ ÁVILA DE BESSA - No momento em que ele fez esse termo, existia advogado na sala ou só estagiário?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Estagiário.

O SR. MARCELO LUIZ ÁVILA DE BESSA - Gostaria que fosse perguntado à testemunha se foi lido depois esse termo, em voz alta, pelo delegado?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não.

O SR. MARCELO LUIZ ÁVILA DE BESSA - Bom, Sr. Presidente, feitas essas primeiras perguntas, farei outras. Agora com relação... Gostaria que, se fosse possível, a testemunha nos dissesse qual era a função dela no Ministério da Saúde. Quando trabalhou no Ministério da Saúde, qual era a atividade dela? O que ela fazia cotidianamente?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - O meu período no Ministério compreende de 1º de agosto de 2005 até maio de 2006. Abril de 2006. Eu trabalhava... A princípio, eu fiquei lotada na Assessoria Parlamentar, mas a Assessoria Parlamentar, ela estava ainda se compondo. Então, não tinha grandes atividades; cumpria-se horário. Até que... Inclusive eu reclamei disso porque ficar num cargo sem muita atividade... Porque, quando se trabalhou, estava se montando uma sala junto lá ao gabinete. E, nesse período, trabalhava eu e tinha 2 secretárias, que era justamente para ajudar a chefe de gabinete a atender aos Parlamentares, Prefeitos, Vereadores; atender a algumas demandas de informação, de levantamento de informação da Casa Civil, do Palácio do Planalto. No final do ano, toda essa correria de prazo, de empenho. E aí você tem alguns interesses do próprio Governo que



você acompanha para ver o que está faltando, se está faltando documento. Então, era esse trabalho de passar informação. É só isso.

O SR. MARCELO LUIZ ÁVILA DE BESSA - Sr. Presidente, gostaria que fosse perguntado, então, se o contato com os Parlates, à época em que ela estava no Ministério da Saúde, era um contato quase que cotidiano. Se era normal, então, eventualmente, um Parlamentar ligar para ela, ou um assessor de Parlamentar ligar para ela. Era do trabalho dela? Institucionalmente era assim que ela agia?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Sim. Aqueles que ligavam atrás das informações era o meu trabalho prestar as informações de andamento dos processos.

O SR. MARCELO LUIZ ÁVILA DE BESSA - Sr. Presidente, gostaria que fosse perguntado a ela se há algo de inusitado ou fora do... ou que não fosse do cotidiano dela. Se é inusitado um assessor de Parlamentar ligar para ela, ou então um Parlamentar, perguntando sobre andamento de projetos de emenda. Se era exatamente essa, especificamente essa, a função dela, ou a principal função dela, ou não.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Veja bem: tanto com relação a projetos relacionados a convênio quanto também a interesses de entidades que procuravam Parlamentar para fazer junção, para ver a classificação de UTIs, processos que estivessem andando dentro do Ministério, também na Secretaria de Atenção à Saúde. Porque existem algumas entidades que encaminham esses pedidos, alguns Parlamentares, para ver o andamento da liberação, porque pediu a reclassificação da UTI daquele hospital ou aumento. Então, esse tipo de informação técnica também fazia parte, não só com relação àqueles que procuravam sobre andamento de projetos de convênio.

O SR. MARCELO LUIZ ÁVILA DE BESSA - Sr. Presidente, agora gostaria de fazer uma pergunta acerca do período em que ela foi empregada do Grupo PLANAM ou da empresa PLANAM. Disse ela que fazia projetos. Eu queria entender um pouco melhor essa questão de projetos. Em que momento esse projeto é apresentado? Quer dizer, a apresentação ou a formulação de projetos era um trabalho que ela fazia durante o ano todo ou se restringia a determinado período do ano?



A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não. A partir do momento em que o Orçamento é aprovado e que o Ministério da Saúde abre seu sistema para que os municípios cadastrem seus pré-projetos, uma vez aprovado, ele é apresentado. Alguns municípios mesmos apresentam, dão entrada nos escritórios regionais, nos Estados, nos escritórios do Ministério da Saúde. Outra hora eles protocolam no Ministério aqui, mas preferencialmente nos Estados. E, na verdade, o maior trabalho, o maior acúmulo de trabalho que se faz durante o ano é o acompanhamento mesmo das respostas dos pareceres técnicos. Não se faz projeto o ano inteiro.

O SR. MARCELO LUIZ ÁVILA DE BESSA - Sr. Presidente, essa é exatamente a questão que eu quero. Quer dizer, queria que a testemunha respondesse se a principal atividade dela consistia no acompanhamento de projetos, ou seja, de emendas parlamentares já apresentadas, da tramitação desse processo no Ministério da Saúde, eventualmente de um questionamento ou outro, uma imperfeição técnica. Se era esse o trabalho dela, essencialmente.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Sim, na PLANAM. Eu fazia outros trabalhos do escritório, mas tinha, como se diz? Também tinha responsabilidade de acompanhar, de responder, de orientar, de informar.

O SR. MARCELO LUIZ ÁVILA DE BESSA - Sr. Presidente, gostaria que fosse perguntado à testemunha, então, o seguinte: é possível que o projeto que ela estivesse acompanhando, emenda ou processo, seja o nome que for, apresentado por determinado Parlamentar, pudesse estar sendo acompanhado por ela a mando da PLANAM, sem que a PLANAM tivesse feito um acordo com o Parlamentar?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não, o que eu acompanhava da PLANAM eram coisas determinadas por eles, que eles já tinham contactado com o Parlamentar, que eles iam estar elaborando aquele projeto e fazendo o acompanhamento.

O SR. MARCELO LUIZ ÁVILA DE BESSA - Sr. Presidente, faço a pergunta porque na lista que foi apresentada por ela, quando do depoimento dela à Polícia Federal, existe uma série de nomes aqui e que depois foram desmentidos, não é? E onde se disse que essas pessoas não apresentaram projeto ou não tinham projetos com a PLANAM. Por isso que eu volto a perguntar: a menção a determinado nome



de Deputado pode ter ocorrido porque a PLANAM acompanhava o projeto, detectou que determinado Deputado... Porque a apresentação de emendas, por exemplo para ambulâncias, é uma atividade lícita aqui no Parlamento. Eventualmente, a PLANAM verificou a existência dessa emenda e, a partir de então, determinou que o seu escritório em Brasília acompanhasse aquela emenda, porque ela pretendia lá na frente fazer a execução dessa emenda.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Veja bem: tem um momento em que eu digo que todos os projetos que foram feitos por Parlamentares... eu não poderia dizer se todos eles foram executados. Inclusive tem uma ligação dessas listas todas, que se fazia para ver... de acordo com o que o Luiz Antônio pedia, que era para ele entender, teve um momento em que ele mandou estar tirando alguns Parlamentares, quer dizer, alguns nomes que inclusive eu fui... Até prestei depoimento sobre... para esclarecer essas ligações, que eram exemplos que ele estava citando. Porque ele mandou excluir daquela lista de projeto deles, que já tinha sido feito, mas que ele mandou excluir da lista porque eles não iam acompanhar, eu também não sei. Mas que isso então... Essa deve ser a confusão, porque foi o que eu disse: de todos os projetos que foram feitos no primeiro momento de 2004, eu não tenho condições de dizer se a PLANAM executou. Nesse documento você tem várias listas. No primeiro momento, foram feitos os projetos; depois teve vários Parlamentares que eles mandaram tirar.

O SR. MARCELO LUIZ ÁVILA DE BESSA - Sr. Presidente, só para deixar claro. Gostaria que fosse perguntado à testemunha se todos os nomes citados, se isso não significa que aqueles nomes necessariamente tinham acordo com a PLANAM, ou tiveram lá na frente, ou receberam propina da PLANAM. É isso o que eu quero perguntar. Se os nomes daqueles primeiros Parlamentares que foram citados no primeiro depoimento...

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não, eu não posso afirmar isso.

O SR. MARCELO LUIZ ÁVILA DE BESSA - Não pode afirmar "sim" ou não pode afirmar "não"?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não. Por favor, repete de novo.

O SR. MARCELO LUIZ ÁVILA DE BESSA - O que eu quero dizer é o seguinte... Sr. Presidente, talvez só essa pergunta eu vá fazer diretamente a ela. A



senhora cita uma série de nomes no primeiro depoimento e diz que esses nomes, desses Parlamentares — e tem um número enorme de Parlamentares —, eram de Parlamentares a quem a senhora teria apresentado projeto ou elaborado projeto. Esse é o seu depoimento.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Sim.

O SR. MARCELO LUIZ ÁVILA DE BESSA - O que eu quero dizer é o seguinte: se eventualmente esses nomes que a senhora citou podem ter sido de Parlamentares que a senhora acompanhou projetos ou acompanhou a execução de emendas, mas a senhora não sabe dizer se eram Deputados que tinham acordos com a PLANAM. É isso o que eu quero lhe perguntar.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Sim. Acompanhei e fiz projeto. Não tenho conhecimento se eles tinham acordo com a PLANAM.

O SR. MARCELO LUIZ ÁVILA DE BESSA - Era isso o que eu queria perguntar, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, só mais uma pergunta. Agora a última, específica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - A última, por favor.

O SR. MARCELO LUIZ ÁVILA DE BESSA - A testemunha trabalhou com o Deputado Amauri Gasques. Ela já declarou 3 vezes que nada teve, que desconhece qualquer tipo de atividade ilícita do Deputado Amauri Gasques.

Eu queria que ela respondesse, se ela confirma isso.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Confirmo.

O SR. MARCELO LUIZ ÁVILA DE BESSA - Que desconhece qualquer atividade ilícita do Deputado Amauri Gasques no...

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Desconheço. Nunca vi.

O SR. MARCELO LUIZ ÁVILA DE BESSA - Obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o advogado, Dr. Marcelo Leal de Lima Oliveira.

O SR. MARCELO LEAL DE LIMA OLIVEIRA - Sr. Presidente, demais membros deste Conselho, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, colegas, Dra. Yaná.

Sra. Maria da Penha Lino, a senhora afirmou no início do seu depoimento que havia senhas dos Deputados e também que havia senha do pré-projeto. Eu gostaria



de saber, sobre essa senha do pré-projeto, se a senhora se refere à senha dos municípios.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Sim.

O SR. MARCELO LEAL DE LIMA OLIVEIRA - E se cada Deputado tem uma senha única.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não. Tem 2 momentos. O Parlamentar tem uma senha do modo Parlamentar, que é ele que tem pra entrar no sistema pra indicar os municípios contemplados nas suas emendas.

O SR. MARCELO LEAL DE LIMA OLIVEIRA - E essa senha é única do Parlamentar?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - É. Essa é do Parlamentar.

O SR. MARCELO LEAL DE LIMA OLIVEIRA - Existe um segundo momento em que existe uma senha para os pré-projetos, que são senhas individuais por projeto?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não. A senha é única pro município.

O SR. MARCELO LEAL DE LIMA OLIVEIRA - É uma senha única para o município ou são várias senhas por projeto?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não. A senha é única. Ele entra com a senha e cadastra todos os projetos que ele quiser com o Ministério.

O SR. MARCELO LEAL DE LIMA OLIVEIRA - E essas senhas dos pré-projetos podem ser obtidas diretamente com os municípios e não com o Parlamentar?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Sim, com os municípios. Eles podem passar para os Parlamentares para que eles acompanhem o andamento do projeto, para qualquer uma outra...

O SR. MARCELO LEAL DE LIMA OLIVEIRA - Sra. Maria da Penha, vários dos meus questionamentos já foram respondidos ao colega que me antecedeu, mas eu gostaria de dirigir alguns questionamentos especificamente para um dos Deputados para quem eu advogo, que talvez tenha sido o único citado pela senhora. Quando lhe foi perguntado a respeito do Deputado Ildeu Araújo, a senhora disse que manteve contato com um assessor do Deputado Ildeu. Esse assessor seria o Sr. Marco Antônio Amorim de Carvalho?



A SRA. MARIA DA PENHA LINO - É.

O SR. MARCELO LEAL DE LIMA OLIVEIRA - O Sr. Marco Antônio Amorim de Carvalho. E a senhora alguma vez falou de...

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Eu sei que é Marco Antônio. O resto do nome e do sobrenome dele eu não sei, mas deve ser esse.

O SR. MARCELO LEAL DE LIMA OLIVEIRA - Perfeito. A senhora alguma vez manteve contato direto com o Deputado?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não. Eu não conheço o Deputado.

O SR. MARCELO LEAL DE LIMA OLIVEIRA - A senhora saberia dizer se muitos desses municípios — e nós temos municípios em rincões distantes do País; municípios pequenos, com poucas condições — se utilizam de assessores de gabinetes de Deputados para que os representem no andamento dos projetos?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Olha, a dificuldade de acesso de informação que os municípios têm... Alguns assessores de Parlamentares procuram saber como está o andamento dos projetos, sim.

O SR. MARCELO LEAL DE LIMA OLIVEIRA - E a senhora tem conhecimento...

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Essa é uma questão normal, de acompanhamento, de saber pendência...

O SR. MARCELO LEAL DE LIMA OLIVEIRA - Claro, claro.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - ... de saber o que está faltando, por que não andam...

O SR. MARCELO LEAL DE LIMA OLIVEIRA - A senhora tem conhecimento de que, eventualmente, a alguns desses assessores, para facilitar a vida desses municípios — a gente sabe que tem município no interior do País que não tem nem assessor capacitado —, eram outorgadas procurações pelos Prefeitos para que representassem os municípios aqui?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Sim. Só não tenho condições de dizer exatamente quem. O Ministério, hoje, acho que não está aceitando mais. De alguns convênios que foram assinados por meio de procuração, o Ministério entrou em contato com os Prefeitos para que viessem assinar. Mas, devido ao tempo que se tem, à questão da apresentação do prazo para publicação, e as dificuldades dos



municípios, muitas vezes eles outorgam para que, quem esteja aqui, faça isso por eles, para não perderem o recurso.

O SR. MARCELO LEAL DE LIMA OLIVEIRA - Em relação ainda ao Sr. Marco Antônio, assessor do Deputado Ildeu, a senhora manteve contato com ele, quando a senhora trabalhava no Ministério ou quando a senhora ainda trabalhava para a PLANAM?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Na PLANAM. Era a respeito de respostas de pareceres técnicos em relação aos projetos dos municípios que o Deputado tinha indicado.

O SR. MARCELO LEAL DE LIMA OLIVEIRA - D. Maria da Penha, somos advogados e sabemos como se dá, muitas vezes, o depoimento. Fala-se que há pressão física ou psicológica. Chamou-me muito a atenção que o depoimento da senhora, prestado à Polícia — esse que vem sendo tão debatido —, foi em 5 de maio de 2006, às 8h da noite. Chamou-me a atenção porque é fora de expediente normal de trabalho policial.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Qual a data que está aí?

O SR. MARCELO LEAL DE LIMA OLIVEIRA - Perdão. Tem razão. Dia 8 de maio, às 20h. A senhora foi retirada a que horas da penitenciária?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Um pouquinho antes. Eu não sabia que ia para lá. Eu não sabia.

O SR. MARCELO LEAL DE LIMA OLIVEIRA - Então, a senhora foi retirada da penitenciária sem saber para aonde ir?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Sem saber. O advogado esteve lá e disse que tinha conversado com o Delegado Tardelli e com o Ministério Público e que eu ia prestar um depoimento e que era para eu dizer o que sabia.

O SR. MARCELO LEAL DE LIMA OLIVEIRA - Ao chegar a este depoimento, a senhora... Chamou-me a atenção porque a senhora ficou das 8h da noite até... A senhora não soube precisar até que horas foi isso?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Foi até 1 hora e pouco da manhã.

O SR. MARCELO LEAL DE LIMA OLIVEIRA - Foi-lhe servida alguma coisa para se alimentar — água —, durante esse período? Como foi essa...

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Só água. Para comer, nada.



O SR. MARCELO LEAL DE LIMA OLIVEIRA - Estou satisfeito, Excelência.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Dr. José Antônio Duarte Álvares.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DUARTE ÁLVARES - Sr. Presidente, senhores membros do Conselho, caros colegas, D. Maria da Penha, boa-tarde.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Boa-tarde.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DUARTE ÁLVARES - Acho que as perguntas genéricas já foram todas bem respondidas, bem esclarecidas.

Eu advogo no Processo nº 106. Deputado Lino Rossi.

Queria um pequeno esclarecimento a respeito de um documento que faz parte do relatório da CPMI. Nesse documento, uma degravação, em que existe um diálogo da senhora com o Deputado Lino Rossi, e a Polícia Federal entende que, nesse diálogo, vem sugerida fortemente, pela palavra utilizada — “presente” —, a realização de efetivação de uma propina à senhora.

Não sei se a senhora está lembrada desse diálogo, mas gostaria que a senhora esclarecesse, que informasse se realmente existiu, nessa relação da senhora com o Deputado Lino Rossi — um Deputado da sua região, o qual a senhora deve por certo conhecer —, algum presente relacionado à condução de emendas dentro do Ministério.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não. O Deputado Lino Rossi, a princípio, quando ele liga... ele fez essa ligação... ele faz acho que mais para desengargo de consciência, quando ele fala sobre a questão de presente. Na verdade, nunca recebi presente nem nada. Mas eu, sempre que pude, olhei os projetos dele. Ele tinha uma emenda que ele colocou para o Hospital da Criança, em Cuiabá, e que depois ele queria mudar para uma outra entidade, acho que passar para a Prefeitura, se não me engano. Ele já tinha me ligado para saber se podia, e eu disse para ele: *“Olha, até o que eu tenho conhecimento isso não pode. Mas aí você tem que procurar o Dr. Menezes para poder verificar se há condições de trocar a indicação”*. E aí, acho que é nessa mesma conversa, que ele diz para mim que já estava entrando em contato com o Menezes, que tinha ido conversar com ele, que tinha ficado de levar uns peixes, mesmo sendo época de piracema — acho que é nesse mesmo diálogo —, e



que ele comenta sobre a questão de uns projetos que o Noriaque fez para ele que era de Luciara, que estava devendo; elogia o trabalho que eu faço, fiz ao longo dos anos, do conhecimento que eu tenho, e diz que estava me devendo um presente. Mas foi só essa conversa. Não teve nada mais do que isso. E quem fez a emenda dele — não sei se 2004 — de projeto foi uma outra pessoa que fez o projeto lá para o Município de Luciara.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DUARTE ÁLVARES - Então não existia o presente?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não existia o presente.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DUARTE ÁLVARES - Obrigado.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Só ele mesmo pode confirmar.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DUARTE ÁLVARES - Obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Dr. Paulo Goyaz Alves da Silva.

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, D. Maria da Penha, colega Yaná Cerqueira, demais colegas, a senhora se referiu a um *backup* do computador. Esse *backup* se encontra onde?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Polícia Federal.

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Na Polícia Federal?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Na Polícia Federal.

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Porque, num depoimento seu, a senhora disse que esse *backup* estava na sua casa em Cuiabá. Posteriormente, esse *backup* não teria sido apreendido pela Polícia Federal.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Então, veja bem: quando eu pedi o menino para copiar, ele fez uma cópia para mim. Mas uma — não foi do *backup* — ele fez uma cópia num CD. Eu achei que isso tivesse em Cuiabá, mas também não estava. Na verdade, depois que passou toda essa coisa, que eu estou atrás para poder pegar as coisas que foram apreendidas aqui no apartamento onde eu morava, eu vi na lista que esse CD que está escrito "*backup*/Penha" a Polícia Federal pegou aqui. Mas aí como eu tinha falado que esse documento, que isso existia, eu liguei para o rapaz e ele mandou esse *backup*, que foi o advogado que mandou — não sei se é Supremo a instância que foi mandado e essa instância devolveu para a Polícia Federal. Deve estar em Cuiabá.



O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Esse *backup* então está, em princípio, com a Polícia Federal?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - É, segundo as informações que eu tenho.

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Outra pergunta: no Ministério da Saúde deve ter um controle médio de preço de ambulâncias que são vendidas para o município.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - É, o Ministério da Saúde tem um banco de preços na coordenação que analisa os projetos não só de unidade móvel, mas de partes de equipamentos também.

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - De todos os bens, não é? Então, se ela tem o valor de preço, quando é feita a prestação de contas pelas Prefeituras, é facilmente detectável quando uma ambulância está superfaturada então?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não, veja bem: essa coisa do superfaturado...

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Ou sobrefaturada?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Essa questão do subfaturamento aí é o seguinte: o Ministério, na verdade, o acompanhamento que ele faz da execução é feito pelos escritórios nos Estados. Então, o processo, a partir do momento que ele fica disponibilizado no sistema para pagamento, o projeto físico, a papelada é encaminhada através de malotes para os escritórios regionais para o pessoal acompanhar. Então, um município quando executa, eles vão lá averiguar e vão comparar se o anexo, se o bem adquirido está em conformidade com o plano de trabalho aprovado e valores. Certo? E é aí que é detectado se o bem que foi, vamos supor uma unidade móvel, uma unidade móvel odontológica, ela é completa. Por exemplo, o Ministério aprova até 120 mil, ali você tem a altura do carro, o tamanho e todos os equipamentos que devem compor essa unidade móvel odontológica. Então, na hora em que o Ministério vai verificar se o objeto foi cumprido, do convênio, ele vai pegar toda a relação de equipamento para saber se tem lá o raio X, se tem a seringa tríplice, se tem tudinho, todos os equipamentos listados naquele anexo novo aprovado. Se estiver faltando, e o bem foi adquirido pelo mesmo valor, o superfaturamento, no meu entender, se dá aí, porque você comprou um equipamento que, na verdade, uma unidade que não está completa. Ela não tem



amalgamador, não tem fotopolimerizador, não tem raio X. Então, conseqüentemente, uma unidade com menos esses equipamentos seria mais barata do que uma completa.

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Agora, esse processo de acompanhamento leva mais ou menos quanto tempo? É entre a entrega do bem ou é feito antes da entrega do bem, da liberação do recurso?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não, na verdade, essa comissão, ela se dá o nome de comissão de acompanhamento, como se fosse uma assessoria. O pessoal do Ministério teria que estar indo aos municípios, informando que eles teriam que ter a questão técnica, tipo orientando: "*Você não pode adquirir. Você...*" Todo um processo anterior à compra, para que o município tivesse conhecimento do que ele estaria fazendo. As notas fiscais têm que estar com o número do convênio, têm que ser atestadas. Mas isso, normalmente, às vezes, não ocorre. Muitas vezes, ocorre... Depois que o município já executou é que o pessoal do acompanhamento chega. E aí, quando é detectado que o bem foi adquirido não em conformidade com o que foi aprovado, aí gera uma série de situações, inclusive, com relação à questão da aprovação da prestação de contas, da não-aprovação.

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Então, nós podemos entender que se houver superfaturamento ou sobrefaturamento de um determinado bem, o Ministério teria como identificar quase que de imediato. É isso? Teria, em tese, identificar quase que de imediato?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - É, porque uma vez que ele acompanha e vê que a licitação foi feita, que o bem foi adquirido, mas não está em conformidade com o plano de trabalho aprovado, ele detectou isso.

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Então, nós poderíamos entender que houve uma negligência do Ministério da Saúde desde que a PLANAM começou a superfaturar em ambulâncias, a chegar a esse ponto em que nós estamos hoje? Porque, segundo consta no inquérito, começaram em 99 as atividades. Em 2002, foi que aumentaram; 2003, 2004, 2005, 2006 foi constatado e foi feita a prisão em flagrante. Então, o Ministério da Saúde teria como ter identificado isso lá atrás e ter tomado as providências?



A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Olha, veja bem: eu não sei fazer juízo disso, porque o Ministério da Saúde, a partir do momento em que ele libera o recurso, a competência para executar é do município. Aí, a competência do Ministério é da não-aprovação, vamos supor, da prestação de contas, uma vez que ela estiver divergente: se o bem não foi adquirido, se o que foi entregue, se o objeto não foi cumprido. Porque aí é a questão da análise da prestação de contas. Então, eu não sei fazer esse juízo de negligência ou não. Porque a responsabilidade da execução do convênio é do município. O convênio, nele vem todas as cláusulas do que se deve cumprir para que esse objeto seja executado e cumprido e com relação à questão da prestação de contas. Agora, na prestação de contas, é detectado se aquele convênio foi realizado em conformidade com as exigências ou não.

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - O que me chamou a atenção foi que, levantando todos os supostos pagamentos feitos a Deputados que nos foram passado pela CPMI, levantando toda a suposta receita da PLANAM — que eles põem geral, eles não tomaram o cuidado de pôr se é proveniente do Ministério da Saúde ou não —, constata-se que seria impossível o pagamento de comissão dentro dos valores afirmados naqueles documentos apreendidos, porque chegaria a alguma coisa em torno de 30% do faturamento. E me parece que, se nós temos uma ambulância que tem um preço básico definido, 30% de sobrecarga nesse preço e mais eventuais comissões para terceiros, que seriam Prefeitos e outros, segundo falam lá, chegaria a quase 50%. E seria facilmente detectado pelo Ministério, então, se houvesse superfaturamento em torno de 50%?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não, claro. Qualquer negligência com relação daquilo que foi aprovado pelo que foi executado no próprio acompanhamento que se faz é detectado.

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Eu fiquei com uma dúvida ali, com relação a senhas, agora. Existe uma senha que é dada ao Deputado para que ele faça a inclusão da emenda. É isso? Essa senha é privativa do Deputado. A senhora disse aqui que, em tese, outra pessoa pode ter acesso a essa senha.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não, eu disse que, do município, o município...



O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Não. Do Deputado, eu estou perguntando. Vamos deixar o município.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não, do Deputado... Se o Deputado quiser passar, vamos supor, para o senhor...

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Sim, mas lá pelo próprio Ministério?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não.

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Não tem como vazar essa senha?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não.

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - O.K. Aí existe a segunda senha, que é a do pré-projeto, que é essa senha do município?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Isso.

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Essa, sim, já é mais aberta e...

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não, eu acho que todas vai de quem é o proponente delas, porque, por exemplo, se o Deputado quiser passar para outra pessoa é um direito que ele tem. O município também, se ele quiser passar a senha dele para o gabinete ou para alguém acompanhar o projeto dele em qualquer escritório de assessoria, também pode fazer.

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Quando o motorista Fernando falou — Fernando, não é? — que Deputados recebiam comissão, em algum momento ele referiu-se ao nome da Deputada Edna Macedo?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não, ele não disse que os Deputados recebiam. O que foi comentado, que foi eu que disse é que ele... Quando perguntaram para mim como que eu sabia que eles levavam dinheiro para Câmara, eu disse que era o comentário feito dentro do escritório que foi pelo motorista, que era ele que conduzia. Mas ele conduzia eles. O dinheiro ficava no carro e eles desciam, se abasteciam e subiam. Ele também não sabe em que gabinete que eles iam, como que eles iam e para quem que eles entregavam...

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Então, em momento algum, ele afirmou que a Deputada Edna Macedo...

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não.



O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - O.k. A senhora, no depoimento feito na CPMI — e aqui a gente tem uma crítica à CPMI, porque ela notificou todos os Deputados, principalmente a minha cliente, para que apresentássemos esclarecimentos. Nós todos tivemos o trabalho de fazê-lo, e a CPMI, em momento algum, cita qualquer defesa feita por qualquer Parlamentar. Ela simplesmente tomou o cuidado de anotar aquilo que eu chamo de “quadriha Vedoin” falou e isso passou a ser a verdade absoluta para o País em relação aos Parlamentares. E lá a senhora disse o seguinte: *“Mas aí é no Ministério, é aí na Casa Civil, Palácio do Planalto. É isto que eu sempre soube, porque aí vai ser a base do Governo quem votou, quem não votou. Era essa a informação que eu tinha. E ela não é de agora, é desde algum tempo”*. Então, a senhora afirmou aqui que quem definia a liberação do orçamento era a Casa Civil. É isso?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Veja bem.

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - A liberação das emendas.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - São coisas do depoimento. É que me foi atribuído um poder que eu nunca tive. O Ministério Público disse que eu liberava emenda, que eu fazia pagamento, que eu liberava convênio, que eu liberava... Virei a pessoa mais poderosa deste País, quando é sabido por todos no Ministério — e o País inteiro sabe — que um assessor jamais tem uma competência dessa. Inclusive, quando eu falo assim que se o Ministério Público vem, há não sei quanto tempo, acompanhando esse processo e fiscalizando, deveria ter tido mais um pouco de critério na hora de fazer essa Representação e acusar, porque eu acho que é louvável se investir da condição de banir corruptos da vida pública. Eu acho que é louvável. Eu acho que não tem que acontecer mesmo, não. Tem que ser punido. Agora, quando eles erram o alvo, eles matam moralmente o cidadão, porque você passa a ser já condenado. Eles acusaram de uma coisa que eles estavam investigando, quando colocaram o órgão, que eles próprios desconhecem o funcionamento e as rotinas do próprio Ministério da Saúde, para me atribuir todo aquele poder que eles atribuíram nesse processo. Então, quando eu digo que a vida inteira eu soube que emendas parlamentares, por serem consignadas no Orçamento da União, elas são autorizativas, elas não são impositivas. E que não é qualquer um que libera. A gente sabe que tem vários projetos de emendas de convênios que não



foram pagos. E que isso acontece, toda essa lista que o sistema, hoje, ele coloca projetos aptos a serem pagos, que o próprio sistema, que o Ministério da Saúde imprime isso, que o Coordenador do Fundo Nacional de Saúde leva para o Ministro, essa lista desses projetos aptos é apresentada muitas vezes até para... que é para Casa Civil, Palácio do Planalto definir. Do mesmo jeito: sabes o que fala? Você prova? Não prova. É conversa também. E normalmente as emendas da base aliada são as primeiras que saem. E é isso que eu digo aí. Como que eu ia ter poder para liberar convênio e pagamento no Ministério da Saúde como simples assessora?

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - A senhora disse que começou no Ministério em agosto de 2005 e antes a senhora era assessora do gabinete de um Deputado. A senhora trabalhou na PLANAM até quando mesmo? Eu não anotei aqui.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - De março de 2004 a março de 2005.

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Março de 2004 a 2005. A senhora elaborava projeto. Quando a senhora elaborava projeto, era colocado no valor do projeto, na hora de fazer a especificação de preço, alguma comissão a ser paga a terceiros? Ou eram só incluídos os preços normais de peças?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não, você faz um anexo novo, a descrição técnica do projeto. É tipo assim: você coloca um raio X, você tem que fazer toda a descrição técnica dele — quantos mil ampères, a lâmpada tal, tal, tal, a altura; tem que mandar um *layout* de onde esse equipamento vai ficar, senão não é aprovado; e, conseqüentemente, o valor. Você faz, elabora um projeto desse, colocando anexo novo por ambiente dentro de um hospital, dentro de uma unidade de saúde.

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - E esse projeto de preço é feito com base naquele preço médio que o Ministério da Saúde tem lá para os itens?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não. Normalmente, você faz isso com preço de mercado. Você acessa a Internet, você vai ver as empresas que vendem os valores de que estão no mercado. Porém, o Ministério da Saúde tem um banco de preço próprio dele que não é disponível no sistema dele e que as áreas técnicas não passam informação para o município. Se eu entreguei um projeto lá, eu sou do município tal, elaborei e aí tem alguns questionamentos sobre os valores, dizendo



que não estão condizentes com o banco de preço. Aí, eu sou o Prefeito ou Secretário de Saúde, ligo lá na área técnica: *“Por gentileza, qual que é o valor, então, que vocês têm desse projeto?”* A área técnica também não informa.

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Mas se a senhora põe um preço maior eles rejeitam o projeto?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Sim.

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Está. Então, alguma vez foi orientado à senhora que colocasse o preço de equipamento — um preço maior, para poder ser paga comissão —, ou eles eram dentro do preço real de mercado?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não, os preços que iam maiores, assim, não têm essa conotação de comissão. Eles mandavam os preços dos projetos, dos valores dos equipamentos e quando era analisado pela área técnica eles barravam, mandando alterar, dizendo que os valores estavam acima do preço de mercado, que não estavam condizentes. E aí o município... Você tinha que responder àquele parecer técnico adequando aquele equipamento até o valor existente, considerado normal pela área técnica.

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - A última pergunta, Presidente. Então, nós podemos concluir o seguinte: que se houvesse colocação de preço acima do preço de mercado, conseqüentemente, o Ministério da Saúde iria impugnar?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Sempre impugnou.

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Se isso aconteceu, então nós podemos ter certeza que nos preços do Ministério da Saúde não previa um aumento para pagamento de comissão em torno de 30%?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não. Claro que não.

O SR. PAULO GOYAZ ALVES DA SILVA - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Srs. Deputados, encerrando a nossa reunião...

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pela ordem, o nobre Deputado.



O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Como sou Relator de 3 processos, numa pergunta feita pelo doutor advogado, eu fiquei com uma dúvida sincera em relação à resposta. Não se trata de assunto novo, mas é necessário esclarecer. E se, posteriormente, a defesa quiser reaguir...

A depoente disse o seguinte: que ela desconhecia qualquer existência de acordo entre a PLANAM e os Deputados. Eu entendi essa resposta na perspectiva de que ela desconhecia o pagamento de propina. Porém, quero obter esclarecimento do seguinte: se todos os casos em que ela acompanhou o projeto, sem exceção, foram a mando dos donos da PLANAM. Se há algum caso que ela acompanhou por conta própria.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Não, todos foram por eles.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Todos foram por eles.

Segundo: quem era o estagiário que estava presente durante o depoimento na Polícia Federal? V.Sa. sabe o nome?

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Marcelo Zaga...

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Tem o nome, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Tem o nome aí.

O SR. DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO - Perfeito.

A SRA. MARIA DA PENHA LINO - Marcelo Zaganozi, eu acho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Bom, antes de encerrarmos...

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sr. Presidente, antes de encerrar a reunião, gostaria de fazer alguma argumentação em referência ao nobre advogado Bessa, mas V.Exa. pode prosseguir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu gostaria de convocar V.Exas. e os senhores advogados para as reuniões previstas para a semana que vem: no dia 7, terça-feira, a oitiva do Sr. Luiz Antonio Trevisan Vedoin — o horário eu devo confirmar aos senhores; no dia 8 de novembro, quarta-feira, 10h, oitiva do Deputado João Correia; às 14h, oitiva do Deputado Amauri Gasques; dia 9 de novembro, quinta-feira, 10h, oitiva do Deputado Dr. Benedito Dias.

Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sr. Presidente, nobre advogado, Dr. Marcelo Bessa, V.Sa. levantou alguns questionamentos, e eu sou o Relator do



processo do Deputado Carlos Nader. Da sua relação, apenas o Deputado Carlos Nader.

Eu solicitei da Secretaria do Conselho que, em abono à declaração do nobre Presidente, pudéssemos ter a confirmação da data em que o Representado recebeu a comunicação sobre esta reunião. A informação da secretária é de que isso aconteceu no dia 26/10. O Representado recebeu a comunicação... Aliás, diz a secretária que todos os Representados receberam — então, com antecedência suficiente — dia 26/10.

Falo mais: sobre a reinquirição da Sra. Maria da Penha Lino — eu também sou um dos autores do requerimento —, eu diria que, sendo testemunha da Relatoria e, no caso particular do Deputado Carlos Nader, recebendo a fita que a Presidência já está solicitando à Polícia Federal, pode ser que eu considere dispensável chamá-la novamente. E a defesa tem o direito de arrolar 5 testemunhas. Esse direito já foi exercido pelo Representado Deputado Carlos Nader. As 5 testemunhas já foram indicadas, já foram arroladas.

Então, é faculdade do Relator poder ouvir ou não, pela segunda vez, uma testemunha. E se eu ficar satisfeito com o conteúdo da fita, eu devo anunciar a V.Sa. que poderei pedir a ...

O SR. MARCELO LUIZ ÁVILA DE BESSA - Só esclarecendo ao Deputado — a quem eu tenho sempre... já não é a primeira vez que é Relator em caso meu —, o que foi falado e a argüição se der não em razão da intimação do Representado, mas da intimação do advogado do Representado, porque, a partir do momento que constituiu o advogado, é o advogado que teria de ser... Mas não estou levando isso a peito, não, até porque estive na Secretaria e disse que é muito mais fácil me notificar do que a qualquer outro. Basta mandar um fax com o número de todos os processos, com intimação única. O único problema é que foi mandado via *e-mail* e, por algum problema técnico desconhecido, o servidor da Câmara só manda o *e-mail* no dia seguinte. Então, se mandou ontem e só se chegou hoje. Foi nesse sentido. E, obviamente, há um prejuízo manifesto da defesa.

Mas, independentemente disso, acato e acolho sempre as ponderações de V.Exa.



O SR. MARCELO LEAL DE LIMA OLIVEIRA - Sr. Presidente, eu queria, referendando o que o Dr. Bessa disse, dizer que, no meu caso, isso também aconteceu. Eu mantive contato com a Secretaria, que sempre nos atende de maneira muito cortês, e comentava com outros colegas que também tiveram essa dificuldade no recebimento do *e-mail*. Talvez fosse importante checar essa questão da intimação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Mas o mais importante é que V.Sas. estão aqui presentes.

Então, muito obrigado a todos e até terça-feira.

Eu estou encaminhando uma cópia para os Srs. Deputados da redistribuição de Relatorias para 17 Deputados.

Está encerrada a reunião.